

Instituto Politécnico de Portalegre

Escola Superior de Educação e Ciências Sociais

(Mestrado em Educação e Proteção de Crianças e Jovens em Risco)

**UMA NOVA FORMA DE VIVER:
COMO OS TRABALHADORES E AS ADOLESCENTES EM
ACOLHIMENTO RESIDENCIAL SE ADAPTARAM AO
CONFINAMENTO, DECORRENTE DA DOENÇA COVID-19**

Dissertação de Mestrado

Orientadora:

Maria José Martins

Mestrando:

Rita Abreu

Portalegre

2021

Instituto Politécnico de Portalegre

Escola Superior de Educação e Ciências Sociais

(Mestrado em Educação e Proteção de Crianças e Jovens em Risco)

**UMA NOVA FORMA DE VIVER:
COMO OS TRABALHADORES E AS ADOLESCENTES EM
ACOLHIMENTO RESIDENCIAL SE ADAPTARAM AO
CONFINAMENTO, DECORRENTE DA DOENÇA COVID-19**

Dissertação de Mestrado

Orientadora:

Maria José Martins

Mestrando:

Rita Abreu

Portalegre

2021

Instituto Politécnico de Portalegre

Escola Superior de Educação e Ciências Sociais

(Mestrado em Educação e Proteção de Crianças e Jovens em Risco)

**UMA NOVA FORMA DE VIVER:
COMO OS TRABALHADORES E AS ADOLESCENTES EM
ACOLHIMENTO RESIDENCIAL SE ADAPTARAM AO
CONFINAMENTO, DECORRENTE DA DOENÇA COVID-19**

Dissertação de Mestrado

Constituição do Júri:

Presidente: Professora Doutora Luísa Maria Serrano de Carvalho

Arguente: Professora Doutora Maria João Amante

Orientadora: Professora Doutora Maria José das Dores Martins

Portalegre

2021

DEDICATÓRIA

“Que os vossos esforços desafiem as impossibilidades, lembrai-vos de que as grandes coisas do homem foram conquistadas do que parecia impossível.”

Charles Chaplin

Esta dissertação de mestrado é dedicada aos meus pais, Margarida Tavares e António Abreu, sem eles este trabalho não teria sido possível. Sempre acreditaram que um dia poderia chegar mais longe e, com a conclusão desta etapa, orgulhei-os e mostrei-lhes que não se enganavam quanto às minhas capacidades. Espero que continuem a lembrar-me do que sou capaz, até perceber que consigo alcançar tudo o que ambiciono.

Dedico também este trabalho ao meu namorado, Pedro Duarte, que é o meu exemplo de força e suporte. Sem a paciência e carinho dele não teria conseguido caminhar tão longe. Que continue sempre do meu lado a mostrar-me que é possível terminar algo importante, com calma, e aproveitar o caminho de aprendizagem.

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação não seria possível sem a força e apoio dos meus familiares, amigos, orientadora e instituições, que foram alvo deste estudo.

Aos meus pais, a quem dediquei esta pesquisa, agradeço a compreensão e disponibilidade ao longo destes anos de estudo, ajudando-me em cada etapa e motivando-me sempre a querer mais para o meu futuro.

Ao meu namorado que, apesar da distância, se disponibilizou sempre a ajudar-me. Ele mostrou-me que não preciso de estar bem, nem é preciso estar nos meus melhores dias, para me dedicar a atingir os meus objetivos com calma e gosto.

Aos meus amigos por estarem ao meu lado nos momentos mais difíceis deste estudo, fazendo-me avançar e pensar sempre na minha felicidade.

À minha orientadora, fonte de imensa sabedoria, que me possibilitou a evolução deste trabalho todos os dias, disponibilizando-se e acompanhando-me desde o início até ao fim.

Por fim, mas não menos importante, à casa de acolhimento localizada no Alto Alentejo, que se mostrou desde cedo interessada em colaborar e tornar esta chegada ao final de uma etapa possível, e à casa de acolhimento localizada em Lisboa, que se mostrou recetível e disponível para ajudar em tudo o que fosse necessário. Nestas duas casas de acolhimento residencial obtive um apoio e interesse desde muito cedo, pelo que devo um dos meus grandes agradecimentos aos diretores das mesmas, bem como aos profissionais e funcionários que fazem um trabalho excecional com as jovens institucionalizadas. Outro grande agradecimento, às jovens que abriram os seus corações e responderam às questões de uma forma genuína.

O meu imenso e profundo obrigada!

RESUMO

Este trabalho pretende analisar como os trabalhadores e as adolescentes a residir em duas casas de acolhimento, uma situada na Grande Lisboa e outra no Alto Alentejo, se adaptaram ao confinamento resultante da pandemia associada à doença COVID19. Com isto, e para entender esta adaptação, jovens e funcionários foram questionados sobre a primeira fase de confinamento da COVID19, recolhendo-se, assim, informação das vivências passadas nas casas de acolhimento em questão.

Estes dois estudos tiveram como principais objetivos a análise e a comparação de como os utentes e trabalhadores de duas casas de acolhimento reagiram a esta pandemia, bem como a avaliação de aspetos como a educação e o bem-estar das utentes.

Para a realização deste trabalho foram elaborados e utilizados questionários, entrevistas, e notas de campo, enquanto técnicas de recolha de dados. Na casa de acolhimento residencial situada na Grande Lisboa, cujos dados estão descritos e tratados no estudo 1, participaram trinta e seis jovens do sexo feminino e seis funcionários, enquanto na casa de acolhimento residencial localizada no Alto Alentejo, cujos dados estão descritos e tratados no estudo 2, participaram cinco jovens do sexo feminino e cinco funcionários. Assim sendo, foram alvo deste estudo quarenta e um jovens e onze funcionários.

Verificou-se, através deste estudo, que cada jovem reagiu de forma diferente quer no que respeita aos seus sentimentos, face à escola, bem como nas suas relações e formas de se expressar, e que cada casa de acolhimento geriu de forma diferente, sempre com o grande objetivo de combater as dificuldades e problemas que as suas jovens têm, para proporcionar o melhor crescimento e futuro possível.

Durante o primeiro confinamento, a maioria das jovens e dos adultos deste estudo sentiram privação da liberdade, ansiedade, e medo pelo futuro. No entanto, constatou-se em ambas as instituições, que esta pandemia trouxe, igualmente, diversas aprendizagens, tais como uma maior valorização dos cuidados de higiene, do relacionamento com certas pessoas e de pequenos momentos nas suas vidas. As jovens apresentaram, também, dificuldades com as aprendizagens escolares, mas estas já existiam antes do confinamento.

Palavras-chave: crianças e jovens em acolhimento residencial, escolarização, confinamento associado à COVID 19.

ABSTRACT

This work aims to analyze how workers and adolescents living in two shelters, one located in Greater Lisbon and the other in Alto Alentejo, adapted to the confinement resulting from the pandemic associated with the COVID19 disease. With this, and to understand this adaptation, young people and employees were asked about the first phase of confinement of COVID19, as well as about the experiences they had in the shelters in question.

These two studies had as main objectives the analysis and comparison of how the users and workers of two shelters reacted to this pandemic, as well as the evaluation of aspects such as the education and well-being of the users.

To carry out this work, questionnaires, interviews, and field notes were developed and used as data collection techniques. In the residential shelter located in Greater Lisbon, whose data are described and treated in study 1, thirty-six young women and six employees participated, while in the residential shelter located in Alto Alentejo, whose data are described and treated in study 2, five young females and five employees participated. Therefore, forty-one young people and eleven employees were the target of this study.

It was found, through this study, that each young person reacted differently, both in terms of their feelings towards the school, as well as in their relationships and ways of expressing themselves, and that each shelter managed differently, always with the great objective of combating the difficulties and problems that its young people have, to provide the best possible growth and future.

During the first confinement, most young women and adults in this study felt deprivation of liberty, anxiety, and fear for the future. However, it was found in both institutions that this pandemic also brought several learnings, such as a greater appreciation of hygiene care and a greater appreciation of the relationship with certain people, and of small moments in their lives. The young women also presented difficulties with school learning, but these already existed before the confinement.

Keywords: children and young people in residential care, education, confinement associated with COVID 19.

ÍNDICE

Introdução.....	14
Parte I. Enquadramento Teórico	16
Capítulo 1. Crianças e Jovens em Risco e/ou Perigo	16
Capítulo 2 – Adolescência.....	21
Capítulo 3. Respostas Sociais – Crianças e Jovens em Perigo.....	22
Capítulo 4. Acolhimento Residencial de Crianças e Jovens em Perigo	27
Capítulo 5. Educação de Crianças Institucionalizadas.....	35
Capítulo 6. Pandemia Covid.19 e suas consequências	37
Parte II. Estudo Empírico	42
Capítulo 1 – Estudo 1	42
1.1. - Objetivos e Método: Estudo 1 Instituição de Acolhimento Residencial na Grande Lisboa	42
1.2 - Caracterização da instituição e dos Participantes: Estudo 1 Instituição de Acolhimento Residencial na Grande Lisboa.....	42
1.3 – Instrumentos: Estudo 1 Instituição de Acolhimento Residencial na Grande Lisboa.....	44
1.4 – Procedimentos: Estudo 1 Instituição de Acolhimento Residencial na Grande Lisboa	44
1.5 - Apresentação dos Resultados: estudo 1 Instituição de Acolhimento Residencial na Grande Lisboa	46
Capítulo 2. – Estudo 2	56
2.1. - Metodologia e Objetivos: Estudo 2 Instituição de Acolhimento Residencial no Alto Alentejo.....	56
2.2. – Caracterização da Instituição e dos Participantes: estudo 2 Instituição de Acolhimento Residencial no Alto Alentejo	56
2.3. – Instrumentos: Estudo 2 Instituição de Acolhimento Residencial no Alto Alentejo	57
2.4. – Procedimentos: Estudo 2 Instituição de Acolhimento Residencial no Alto Alentejo	57

2.5. - Notas de Campo: Estudo 2 Instituição de Acolhimento Residencial no Alto Alentejo	58
2.6. - Análise dos Resultados: Estudo 2 Instituição de Acolhimento Residencial no Alto Alentejo	60
Capítulo 3 - Comparação dos resultados das duas instituições	68
Conclusão e Discussão	72
Referências Bibliográficas.....	75

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Crianças e Jovens por Resposta Social (CASA, 2020, p.30).....	25
Gráfico 2 - Evolução de Crianças e Jovens por resposta social (CASA, 2020, p.31)	26
Gráfico 3 - Evolução do número de jovens em acolhimento residencial especializado (CASA, 2020, p.34).....	26
Gráfico 4 - Idade crianças e jovens em situação de acolhimento (CASA, 2020, p.38)	31
Gráfico 5 - Crianças e Jovens em Acolhimento face à população geral (0-24 anos) (CASA, 2020, p. 19).....	31
Gráfico 6 - Distribuição das crianças e jovens pela resposta de acolhimento generalista (CASA, 2020, p.41)	32
Gráfico 7 - Evolução do número de crianças e jovens entre 2010 e 2019 (CASA, 2020, p.25)	33
Gráfico 8 - Idades das Crianças e Jovens em Resposta de Lar de Infância e Juventude (CASA, 2020, p.42)	33
Gráfico 9 - Idades das jovens institucionalizadas (Estudo 1).....	43

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Trabalhadores da Casa de Acolhimento Residencial (Estudo 1).....	43
Tabela 2 - Questões dos guiões de entrevista (Anexo 2 e 3)	46
Tabela 3 - Questões dos guiões de entrevista (Anexo 3)	49
Tabela 4 - Questões dos guiões de entrevista (Anexo 2 e 3)	51
Tabela 5 - Questões dos guiões de entrevista (Anexo 3)	54
Tabela 6 - Trabalhadores da Casa de Acolhimento Residencial (Estudo 2)	57
Tabela 7 - Questões dos guiões de entrevista (Anexo 2 e 3)	60
Tabela 8 - Questões dos guiões de entrevista (Anexo 3)	62
Tabela 9 - Questões dos guiões de entrevista (Anexo 2 e 3)	64
Tabela 10 - Questões dos guiões de entrevista (Anexo 3)	67
Tabela 11 - Estudo 1: Tabela comparativa de idades e escolaridade das jovens em acolhimento residencial	94
Tabela 12 - Estudo 1: Sentimentos Positivos quanto à Escola.....	95
Tabela 13 - Estudo 2: Tabela comparativa de idades e escolaridade das jovens em acolhimento residencial	101

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Transmissão da Covid-19 (Tuñas et al, 2020, p. 3)..... 38

ÍNDICE DE ANEXOS

Anexo 1 - Pedido de recolha de dados	80
Anexo 2 - Guião de entrevista aos trabalhadores das Casas de Acolhimento.....	81
Anexo 3 - Guião de entrevista às jovens institucionalizadas	84
Anexo 4 - Questões "Como me Sinto" aplicadas às jovens.....	87
Anexo 5 - Leitura do Questionário: "Como me Sinto?"	89
Anexo 6 – Estudo 1: Questionário feito às jovens em acolhimento residencial	90
Anexo 7 – Estudo 1: Questionário feito aos trabalhadores da casa de acolhimento residencial	92
Anexo 8	94
Anexo 9	95
Anexo 10 – Estudo 2: Entrevista às jovens em acolhimento residencial	96
Anexo 11 – Estudo 2: Entrevista aos trabalhadores da casa de acolhimento residencial	99
Anexo 12	101

INTRODUÇÃO

A dissertação terá como tema a análise do impacto do período de confinamento, devido à declaração do Estado de Emergência decorrente da situação de pandemia associada à doença COVID19, no quotidiano das casas de acolhimento residencial, em particular nas adolescentes aí residentes e nos técnicos que nelas trabalham, no período correspondente ao primeiro semestre de 2020. A análise incidirá em particular na análise dos efeitos, desta situação excepcional, no bem-estar e na escolaridade das adolescentes em acolhimento residencial, bem como nas rotinas diárias das casas de acolhimento.

Neste trabalho efetuar-se-ão dois estudos de caso, que incidirão sobre duas casas de acolhimento, e será feita ainda uma análise comparativa entre as duas casas. Uma das casas está localizada na zona da grande Lisboa e outra está localizada no Alto Alentejo. Deste modo, pretende-se entender como duas casas de acolhimento residencial viveram e se adaptaram a algo novo que afetou, não só as vidas das jovens que albergam, bem como de todos os seus trabalhadores.

O trabalho encontra-se dividido em duas partes, sendo que na primeira é apresentada a parte teórica, ou seja, é efetuada a revisão de literatura sobre: as crianças e jovens em risco, a intervenção necessária para o bem-estar dos menores de 18 anos, as diversas respostas sociais que a intervenção social dá, um aprofundamento mais detalhado sobre a resposta social do acolhimento residencial, a educação das crianças e jovens em acolhimento residencial e, por fim, sobre a pandemia que temos vindo a enfrentar nestes últimos anos.

Na segunda parte, são apresentados e analisados os dois estudos relativos a duas casas de acolhimento residenciais, descrevendo-se as mudanças, os sentimentos, e as relações vividas tanto pelas jovens do sexo feminino, com idades compreendidas entre os 13 e os 22 anos, como pelos trabalhadores que acompanham a vida destas jovens desde a sua entrada na casa de acolhimento até à sua saída. Na casa de acolhimento residencial situada na Grande Lisboa, e mais à frente denominada por estudo 1, participaram trinta e seis jovens do sexo feminino e seis funcionários, enquanto na casa de acolhimento residencial localizada no Alto Alentejo, mais adiante designada por estudo 2, participaram cinco jovens do sexo feminino e cinco funcionários. Assim sendo, foram alvo deste estudo quarenta e um jovens e onze funcionários.

No final destas duas partes, são apresentadas as conclusões e a discussão dos dados, onde são apresentados alguns dos dados comparativamente com os relatórios e outros estudos existentes.

Em anexo encontram-se o pedido de autorização do estudo efetuado à direção das casas de acolhimento, os guiões de entrevista, com as questões e os objetivos que se pretendem alcançar com as questões elaboradas, um questionário elaborado pela ordem dos psicólogos, os questionários colocados às jovens e trabalhadores da Casa de Acolhimento da Grande Lisboa, as entrevistas feitas às jovens e colaboradores da Casa de Acolhimento do Alto Alentejo e tabelas elaboradas para melhor entendimento dos sentimentos e análises das respostas recolhidas.

PARTE I. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

CAPÍTULO 1. CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO E/OU PERIGO

A importância da criança e reconhecimento da mesma como pessoa com direitos foi muito tardia na nossa história.

Os maus tratos à criança foram perpetrados ao longo da história sem condenação e sem mecanismos de proteção por parte da sociedade. Assim, na Roma Antiga, os bebés não desejados eram sacrificados, e na Grécia, Roma e Babilónia as crianças eram usadas sexualmente e muitas casas serviam para a prostituição dos menores de 18 anos (Magalhães, 2005, cit. por Batista, 2014).

Em Portugal, apenas em 1911, com a influência da implementação da 1ª República, se distinguiu a criança do adulto, sendo criadas as Comissões de Proteção e a Lei de Proteção à Infância, com o fim de proteger as crianças de ambientes considerados prejudiciais para o seu desenvolvimento. Estas leis visavam a educação e bom desenvolvimento da criança, para se tornar um adulto mais informado e responsável, que não seguiria os caminhos do “*vício, da maldade e da perversão*” (Barbas et al, 1912, cit. por Candeias & Henriques, 2012). As crianças, a partir deste ano, não são mais vistas como “*um encargo para a família e para o Estado*”, passam, portanto, a fazer parte de uma sociedade democrática, em que contribuem com novos recursos importantes, entre eles a educação e bem-estar social (Albuquerque *et al* 2015).

Durante o Estado Novo (1926-1974), apesar da implementação destas comissões, o papel de proteção das crianças vulneráveis e suas famílias recaía sob a Igreja Católica, o que constituía um problema para a ajuda destas comissões às famílias e crianças. Só com o fim do Estado Novo é que houve o crescimento e alargamento das políticas sociais, permitindo garantir os direitos e ajudas anteriormente referidas (Albuquerque *et al*, 2015).

Em 1989, as Nações Unidas chegaram ao consenso de adotar a Convenção sobre os Direitos da Criança, onde é enunciado o conjunto de direitos sociais, culturais, civis, económicos e políticos dos menores de 18 anos (UNICEF, 2004).

Segundo Albuquerque *et al* (2015), a 21 de setembro de 1990 entra em vigor em Portugal, pela Convenção sobre os Direitos da Criança, e aplicada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, os quatro eixos essenciais dos direitos das crianças, entre os quais:

- ✓ a não discriminação, na qual todos os menores têm o direito de mostrar e desenvolver o seu potencial, quando e onde pretenderem;
- ✓ o superior interesse da criança considerado em todas as situações sobre a mesma;

- ✓ a garantia de acesso a todos os serviços considerados básicos e essenciais para a sua sobrevivência, bem como a igualdade de oportunidade para o seu desenvolvimento;
- ✓ a oportunidade de participação e ser ouvida, bem como de ter liberdade de expressão em assuntos relacionados com os seus direitos e futuro.

Estes direitos das crianças vieram valorizar as mesmas na sociedade, determinando direitos quanto à sua educação, desenvolvimento e preparação para a vida futura, assinalando, assim, os direitos universais para todos os menores, independentemente das posses económicas de cada um. Apesar da aprovação da convenção dos direitos das crianças e jovens, foi possível observar que muitas famílias continuavam a maltratar, ou a não ter condições, para o bom desenvolvimento dos seus filhos.

Apenas em 1999, na sequência da ratificação da declaração universal dos direitos das crianças, foi aprovada a lei de proteção de crianças e jovens em perigo (Lei nº 147/99 de 1 de setembro), que conceptualiza o conceito de crianças em perigo e estipula o tipo de respostas sociais atualmente disponíveis em Portugal, para fazer face às situações de perigo em que se encontram as crianças. Esta lei foi objeto de várias atualizações nos anos de 1999, 2003, 2015, 2017 e 2018, de modo a conseguir progredir e acompanhar a segurança das crianças e jovens da nossa sociedade.

Segundo o Artigo nº 5, do Capítulo 1, da Lei nº 147/99 de 01 de setembro, é “considerada criança/jovem um indivíduo com idade inferior a 18 anos, no entanto também é considerado criança/jovem aquele que até aos 21 anos solicite a continuação da intervenção e até aos 25 anos continue com os processos de formação educativa”. Os menores de 18, 21 ou 25 anos têm assim um conjunto de direitos, sendo estes:

- a não discriminação independentemente da raça, sexo, idioma, família, fortuna ou qualquer outra situação;
- a proteção para o seu desenvolvimento físico, mental e social;
- a alimentação, habitação e assistência médica quando necessária;
- a educação e lazer;
- o amor e compreensão;
- a proteção contra o abandono e exploração;
- a um nome e nacionalidade;
- segurança.

A segurança das crianças e jovens é algo de extrema relevância e que deve estar sempre presente no seu quotidiano, no entanto, é notável que nem todas as famílias e cuidadores apresentam esta capacidade de cuidar e proteger os seus, sendo que, por

vezes, se apresentam como um risco para o desenvolvimento dos seus dependentes. Assim sendo, e de acordo com o Artigo n.º 3, do Capítulo I, da Lei no 147/99 de 1 de setembro, é necessária a intervenção do Estado quando a criança:

- a) “Está abandonada ou vive entregue a si própria;”
- b) “Sofre maus tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais;”
- c) “Não recebe os cuidados ou a afeição adequados à sua idade e situação pessoal;”
- d) “Está aos cuidados de terceiros, durante período de tempo em que se observou o estabelecimento com estes de forte relação de vinculação e em simultâneo com o não exercício pelos pais das suas funções parentais;”
- e) “É obrigada a atividades ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento;”
- f) “Está sujeita, de forma direta ou indireta, a comportamentos que afetem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional;”
- g) “Assume comportamentos ou se entrega a atividades ou consumos que afetem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto se lhes oponham de modo adequado a remover essa situação;”
- h) “Tem nacionalidade estrangeira e está acolhida em instituição pública, cooperativa, social ou privada com acordo de cooperação com o Estado, sem autorização de residência em território nacional.”

A maioria das intervenções que acontecem com as crianças ou jovens deve-se a maus tratos por parte dos cuidadores ou familiares dos mesmos. Magalhães (2002) define maus tratos como as formas de tratamento aos menores de 18 anos, não acidentais, que os prejudicam quer fisicamente como psicologicamente. Este tratamento tem repercussões nos seus futuros, isto é, as crianças e jovens vão ficar cada vez mais inseguros quanto à relação com o adulto e vão adquirir comportamentos desadequados, como violência aos pares e/ou carência emocional para com o outro, afetando, assim, o seu desenvolvimento saudável num ambiente propício ao seu bom crescimento.

Vários autores (e.g., Calheiros, 2006; Magalhães, 2002; Organização Mundial de Saúde, 2006) distinguem quatro grandes tipos de maus tratos, sendo estes:

- Negligência – Neste tipo de mau trato a criança/jovem não tem um acompanhamento adequado e não vê as suas necessidades a serem satisfeitas, ou seja, não é proporcionado ao menor os cuidados básicos de alimentação, higiene, segurança, saúde, educação e afeto;

- Maus tratos físicos – Ações não acidentais que provoquem ao menor de 18 anos qualquer lesão ou lesões físicas, por parte dos cuidadores; (São exemplos deste tipo de mau trato as agressões físicas à criança ou jovem.)
- Abuso sexual – Neste tipo de mau trato o menor envolve-se em atividades que visam a satisfação sexual do adulto, quer pela obrigação de assistir a atos pornográficos, pela presença da criança/jovem em fotografias ou filmagens e/ou pela realização do ato sexual.
- Abuso emocional – Quando os cuidadores não dão o suporte afetivo nem reconhecem as necessidades emocionais dos menores de 18 anos. Encontra-se em todos os maus tratos acima relatados. (São exemplos deste tipo de mau trato as chantagens psicológicas feitas por parte de um adulto a uma criança ou jovem.)

Magalhães (2002) identifica as características associadas aos maus tratos, a que as crianças e jovens estão sujeitos, como os fatores de risco, que levaram à situação de risco do menor de 18 anos. Estes fatores de risco apresentam-se, então, como:

- “Características individuais dos pais” – neste fator os cuidadores podem ter alguma perturbação mental, vícios como alcoolismo ou toxicodependência, comportamentos impulsivos, imaturos ou indiferentes para com a criança ou jovem, incapacidade parental, incapacidade financeira, etc.;
- “Características do menor” – os menores apresentam-se também eles como um fator de risco, tendo em conta a família e ambiente em que estão inseridos, podendo, assim, apresentar alguma perturbação mental, ter uma personalidade não compatível ou desadequada para com os cuidadores ou por vezes até o sexo do mesmo;
- “Características do contexto familiar” – Neste fator interessa o facto de o menor ser uma gravidez indesejada, estar inserido numa família numerosa ou de um só cuidador, ser uma família com diversas ligações familiares ou ter problemas financeiros que não permitam um ambiente seguro.

Os maus tratos que as crianças e jovens sofrem têm repercussões para a sua vida futura, tanto na sua qualidade de vida como no seu desenvolvimento pessoal. É neste sentido, que é importante sinalizar o menor de 18 anos o mais rapidamente possível, quando é notável que o mesmo está numa situação de maus tratos por parte dos cuidadores ou familiares, para que não haja tantas consequências a nível social e/ou de saúde. Os maus tratos que as crianças e jovens sofrem podem causar comportamentos

desadequados do mesmo, como é o exemplo de comportamentos agressivos e/ou sexuais, depressões e/ou toxicodependências (Pereira, 2017). Muitos estudos provam que algumas das crianças que sofreram de maus tratos, tornam-se, posteriormente, maltratantes, isto devido ao facto de terem vivido num ambiente maltratante que internalizam como sendo a norma, agindo de igual forma com os seus futuros dependentes.

Ainda neste capítulo é importante realçar a diferença entre os conceitos: perigo e risco. Carvalho (2013, cit. por Martins & Figueiras, 2015), define risco como o potencial perigo para o bem-estar e saúde do menor de 18 anos, enquanto perigo é definido como uma ocorrência que determina uma medida de promoção e proteção ou uma intervenção tutelar. Martins e Figueiras (2015) definem ainda dois tipos de perigo, sendo estes o perigo iminente e o perigo efetivo, em que o primeiro se distingue do segundo na medida em que configura uma situação de urgência.

Segundo a Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CPCJ), o perigo pressupõe uma intervenção no sentido da aplicação de uma medida de promoção e proteção, visto visar a remoção da situação “séria de dano”. Enquanto isso, define a intervenção do risco como a superação da situação vulnerável em que a criança/jovem se encontra, pelas estratégias ao meio que a rodeia.

Little *et al.* (2004, cit. por Calheiros e Patrício, 2011) distinguem e definem, ainda neste sentido, fatores de risco e de proteção. Sendo que fatores de risco se definem pelos acontecimentos “que têm um efeito negativo no desenvolvimento e no bem-estar dos indivíduos” e fatores de proteção definem-se como sendo as condições que reduzem o efeito negativo gerado pelos fatores de risco, “protegendo o desenvolvimento e o bem-estar dos jovens”.

CAPÍTULO 2 – ADOLESCÊNCIA

A literatura existente diz-nos que a adolescência é considerada um conceito moderno, isto porque antes do século XIX a sociedade acreditava que a pessoa passava da infância logo para a idade adulta, não existindo, portanto, esta fase da adolescência. (Pratta & Santos, 2007, cit, por Moreira 2019).

Segundo Claes (2007, p.7), a adolescência é caracterizada como um período de transição no decurso do desenvolvimento humano entre a infância e a vida adulta, existindo, por isso, a necessidade de integração social e a procura de autoafirmação e independência. Esta etapa, para além de alterações a nível físico, desencadeia transformações igualmente na área social e relacional do ser humano, ou seja, é neste período que se modifica o relacionamento com os pais e adultos e há uma aproximação ao grupo de pares. Através destas modificações, em diversos campos do ser humano, vai-se construindo a identidade pessoal, com crenças, valores e escolhas passadas pelos adultos na fase da infância.

Abramo (1997, cit. por Petters e Raitz, 2008) considera esta fase da vida um problema social, no sentido que é uma fase difícil, perturbadora e turbulenta, visto que desencadeia no ser humano sentimentos de rebeldia e transgressão das regras, sendo necessário um adulto para o amparo e consciencialização do correto e incorreto. No entanto, é com a autonomia devida que os jovens aprendem responsabilizar-se pelos seus atos e a adotar os valores passados tanto na escola como na família.

CAPÍTULO 3. RESPOSTAS SOCIAIS – CRIANÇAS E JOVENS EM PERIGO

As crianças e jovens fazem parte de um grupo social de grande vulnerabilidade, que pode estar a sofrer de abusos por parte dos cuidadores, sendo estes abusos: maus tratos físicos, psicológicos e/ou de cariz sexual. As crianças/jovens, vêm-se muitas vezes sem poder denunciar a sua situação quer por medo, por desconhecimento das redes de suporte que as podem ajudar ou por dependência emocional da família (Gomes, 2010).

A criança e/ou jovem encontra-se, então, numa situação de perigo quando não é conferida à mesma um ambiente para que se possa desenvolver em segurança e com toda a tranquilidade e equilíbrio emocional que necessita. Assim, e consoante o maior interesse de bem-estar do menor de 18 anos, é realizada uma intervenção adequada. Intervenção esta que visa remover o perigo em que a mesma se encontra, pela aplicação de medidas de promoção e proteção, bem como a promoção da prevenção de reincidentes e a reparação e superação das consequências dessas situações.

Segundo Rodrigues (2016), ao longo do tempo, e por responsabilidade de entidades competentes para tal, com o objetivo de assegurar a proteção e bem-estar das crianças e jovens em risco, as respostas sociais têm sido melhoradas através de reformas e documentos estratégicos, tais como:

- Reforma Legislativa: que contou com a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei nº147/99 de 1 de setembro), que foi sofrendo alterações no decorrer do tempo para melhor aplicação e cumprimento dos seus objetivos; e com a Lei Tutelar Educativa (Lei nº 166/99, de 14 de setembro);
- Plano Nacional de Ação para a Inclusão Social: plano este que tem como principal objetivo a eliminação de situações de pobreza e/ou exclusão social infantil, facultando-lhes oportunidades que visam a boa inserção social, nomeadamente a disponibilização de estruturas de acolhimento até à idade da escolaridade obrigatória, promoção de direitos, atuação precoce, entre outros;
- Programa do XVII Governo: este programa visa a intervenção nas crianças, através da atuação em setores como a educação, segurança social, saúde e família, particularmente na assegurar de uma melhor educação, do combate à pobreza e exclusão social, e o apoio às famílias;
- Iniciativa para a Infância e Adolescência: o principal objetivo incide sob a definição de um plano de ação defensora dos direitos de todas as crianças,

através de uma intervenção no processo de desenvolvimento e socialização da criança/jovem desde o seu nascimento até à idade adulta.

Após a sinalização de uma criança/jovem, é trabalho das entidades competentes encontrar uma medida de promoção e proteção, que melhor promova o seu bem-estar e segurança.

Quando analisada a vida da criança/jovem é necessário recorrer à intervenção mais adequada e que a ajudará a desenvolver as capacidades anteriormente esquecidas ou desvalorizadas. A intervenção passará pela escolha da resposta social que mais se adequará à criança ou jovem, bem como à situação em que esta se encontra.

Fazendo uma avaliação pormenorizada das situações em que as crianças/jovens se encontram, é escolhida uma resposta social adequada ao caso, de modo a remover o futuro perigo da criança, isto é, são implementadas as medidas de promoção e proteção previstas na lei nº 147/99 de 1 de setembro, com as atualizações publicadas no nº 142/2015, artigo 35º, sendo estas as seguintes:

- a) “Apoio junto dos pais”;
- b) “Apoio junto de outro familiar”;
- c) “Confiança a pessoa idónea”;
- d) “Apoio para a autonomia de vida”;
- e) “Acolhimento familiar” – “consiste na atribuição da confiança da criança ou do jovem a uma pessoa singular ou a uma família, habilitadas para o efeito, proporcionando a sua integração em meio familiar e a prestação de cuidados adequados às suas necessidades e bem-estar e a educação necessária ao seu desenvolvimento integra” (Secção III, Subsecção I, Artigo 46º, Lei nº147/99);
- f) “Acolhimento residencial” – “consiste na colocação da criança ou jovem aos cuidados de uma entidade que disponha de instalações, equipamento de acolhimento e recursos humanos permanentes, devidamente dimensionados e habilitados, que lhes garantam os cuidados adequados.” (Secção I, Subsecção II, Artigo 49º, Lei nº147/99)

Apesar desta procura e escolha da melhor medida para a situação em causa, estas medidas apenas se podem concretizar com a autorização dos cuidadores da criança e/ou jovem. Se se verificar que os mesmos não concordam com o estabelecido, o processo passa automaticamente para os tribunais, que irão proceder à escolha do melhor para a criança/jovem (Tomás e Fonseca cit. por Rodrigues, S., 2016).

Assim sendo, vê-se como decisivo uma intervenção não só com o menor de 18 anos, mas com a família, visto ser algo muito importante na vida de algumas das crianças e/ou jovens sinalizadas. Portanto, quando é possível, recorre-se a uma intervenção junto da família, para que a criança e/ou jovem não fique privada de ver/estar com a sua família biológica. Isto, porque o menor de 18 anos tem uma ligação criada desde que nasceu com os cuidadores denominada de vinculação. Esta vinculação, de acordo com Matos e Costa (1996) define-se como a necessidade do ser humano de desenvolver ligações afetivas, de modo a cumprir o objetivo de sentimento de segurança, que permite conhecer tudo ao seu redor. De acordo com esta teoria, Matos e Costa (1996) e Silva (2014) distinguem os quatro tipos de vinculação como:

- Vinculação segura – A criança desenvolve este tipo de vinculação quando há uma proximidade com o cuidador e o ambiente entre os mesmos se apresenta tranquilo e estável. Nesta vinculação a criança sente-se segura.
- Vinculação insegura evitante – A criança aprende a reprimir os seus sentimentos, mostrando-se autónoma desde muito cedo.
- Vinculação insegura-ambivalente – A criança tem medo do meio em que está inserida e por isso não explora o seu redor.
- Vinculação desorganizada – A criança apresenta sentimentos confusos e desorganizados, devido a eventos traumáticos (abusos), que não se mostram resolvidos emocionalmente.

Assim sendo, é notório que o tipo de vinculação que alguns dos menores de 18 anos têm com as suas famílias podem ser, em algumas situações, de tipo desorganizado, logo de elevado risco, pelo que não é saudável para o desenvolvimento do mesmo a continuação neste ambiente. Gomes (2010) acredita, ainda, que se as famílias fossem acompanhadas precocemente pelos sistemas sociais, como Segurança Social, Saúde e Educação, algumas situações de retiradas de crianças e jovens às famílias seriam evitadas. Para trabalhar com estas famílias é necessário procurar os fatores de risco, para que estes possam ser trabalhados e possibilitar, no futuro, uma aproximação à criança e/ou jovem. Gomes (2010) refere, nas suas pesquisas, fatores negativos associados a estes processos de afastamento das famílias, “tais como: sentimentos de punição, estigmatização e discriminação social, demissão e diminuição da responsabilidade parental e familiar, promoção da patologia do vínculo...” (Gomes, 2010, p.30).

De acordo com o relatório CASA (2020), publicado anualmente pela Segurança Social, em 2019 foram registadas 7046 crianças e jovens retiradas às famílias, dentro

das quais 86% foram acolhidas em Casas de Acolhimento Temporário (1916) ou Lares de Infância e Juventude (4179), como se pode observar através do gráfico 1.

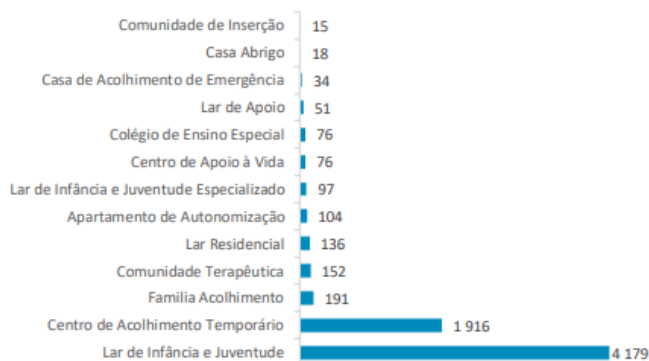


Gráfico 1 - Crianças e Jovens por Resposta Social (CASA, 2020, p.30)

Gomes (2010), apoiada pelo documento “Respostas Sociais, nomenclaturas e conceitos do Ministério do Trabalho e Solidariedade Social” de 2006, apresenta as seguintes respostas sociais:

- Acolhimento familiar para crianças e jovens – onde o menor de 18 anos é entregue à confiança de uma família ou pessoa habilitada, de modo a integrar a criança/jovem num meio familiar equilibrado;
- Centro de Acolhimento Temporário – em que a criança/jovem é acolhida de urgência numa instituição, e em que a duração na mesma é inferior a seis meses;
- Lar de Infância e Juventude – a criança/jovem é acolhida numa instituição e o seu acolhimento tem a duração superior a seis meses;
- Apartamento de Autonomização – o plano de vida do jovem é a autonomização e para tal é inserido numa instituição destinada à aquisição de competências para tal;
- Lar Residencial – instituição destinada a jovens e adultos com deficiência que não podem mais residir no seu meio familiar;
- Centro de Apoio à Vida – instituição destinada a grávidas ou mulheres com filhos recém-nascidos, que se encontram em risco;
- Lar de Apoio – instituição destinada a crianças com necessidades educativas especiais, que necessitam de frequentar apoios específicos e do afastamento do meio familiar.

É possível notar, através do gráfico 2, que houve uma diminuição, de 2018 para 2019, dos menores de 18 anos que foram institucionalizados num Lar de Infância e Juventude (-1%) e um aumento dos que foram acolhidos num Centro de Acolhimento Temporário (+3%).

Tipologia de resposta	Nº		Variação (%)	%		
	2018	2019		2018	2019	
Lar de Infância e Juventude	4 211	4 179	-1%	59,9%	59,3%	↓
Centro de Acolhimento Temporário	1 864	1 916	3%	26,5%	27,2%	↑
Famílias de Acolhimento	200	191	-5%	2,8%	2,7%	↓
Comunidade Terapêutica	124	152	23%	1,8%	2,2%	↑
Lar Residencial	143	136	-5%	2,0%	1,9%	↓
Apartamento de Autonomização	97	104	7%	1,4%	1,5%	↑
Lar de Infância e Juventude Especializado	97	97	0%	1,4%	1,4%	↓
Colégio de Ensino Especial	86	76	-12%	1,2%	1,1%	↓
Centro de Apoio à Vida	78	76	-3%	1,1%	1,1%	↓
Lar de Apoio	47	51	9%	0,7%	0,7%	↑
Acolhimento de Emergência	43	34	-21%	0,6%	0,5%	↓
Casa Abrigo	26	18	-31%	0,4%	0,3%	↓
Comunidade de Inserção	13	15	15%	0,2%	0,2%	↑
Total	7 032	7 046				

Gráfico 2 - Evolução de Crianças e Jovens por resposta social (CASA, 2020, p.31)

Os lares de infância e juventude especializados têm vindo a crescer ao longo dos últimos anos, no entanto, de 2018 para 2019 houve um crescimento de 0% mantendo-se o número de 97 crianças e jovens nesta resposta social (gráfico 3). Estes menores de 18 anos encontram-se nesta resposta por se colocarem a eles mesmos em situação de perigo, devido às carências emocionais que lhes foram faltando ao longo dos anos nas famílias disfuncionais. O tempo máximo para os jovens permanecerem nesta resposta é de 24 meses (CASA, 2020).

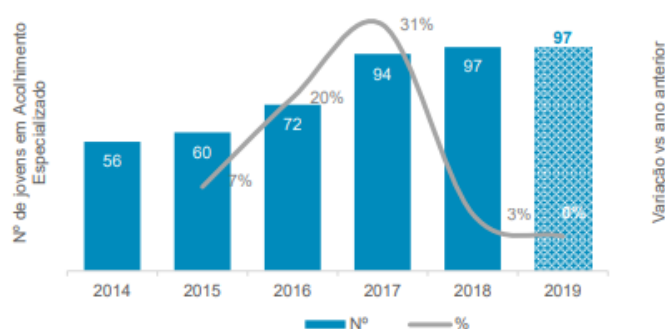


Gráfico 3 - Evolução do número de jovens em acolhimento residencial especializado (CASA, 2020, p.34)

CAPÍTULO 4. ACOLHIMENTO RESIDENCIAL DE CRIANÇAS E JOVENS EM PERIGO

A resposta social do acolhimento residencial estava, anteriormente, ligada à igreja e à caridade, sendo, então, que a primeira casa de acolhimento a surgir foi no Porto, por volta do século XII, e acolhia crianças órfãs e abandonadas. Depois do século XVI começa-se a observar uma intervenção do Estado nesta parte social, sendo que foram criadas instituições particulares, como a Casa Pia de Lisboa. Por volta de 1910 há uma preocupação com as famílias que, fundamentalmente por motivos económicos, não conseguem proporcionar os cuidados devidos às crianças, que tinham como dependentes, iniciando-se também os processos de intervenção e ajuda nessa época (Graça, 2000, cit. por Farromba, 2013).

Mais tarde, aquando o surgimento das Leis de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, o acolhimento residencial surge como uma maneira de afastar o perigo dos menores de 18 anos e colocar os mesmos ao cuidado de uma entidade, que disponha de equipamentos, cuidados, estabilidade e equipas adequadas ao bom desenvolvimento da criança/jovem, proporcionando condições para o bem-estar e educação da mesma. As casas de acolhimento tentam, assim, dar um ambiente estável, e o mais parecido possível a um ambiente familiar funcional. Nestas casas são transmitidos valores referentes à formação educacional, profissional, de saúde e tempos livres, de modo a que as crianças e jovens acolhidos se insiram da melhor forma na sociedade e comunidade envolvente, possibilitando-lhes o melhor futuro possível (Farromba, 2013).

As casas de acolhimento têm como principais objetivos a criação de condições propícias para a satisfação das necessidades físicas, psíquicas, emocionais e sociais das crianças e jovens e a promoção do seu bem-estar, educação e desenvolvimento integral (Art.49, Lei no 147/99).

Para que os objetivos anteriormente referidos sejam possíveis as casas de acolhimento devem proporcionar aos acolhidos (Secção V, Art.58º, Lei no 147/99):

- a) “Manter regularmente, e em condições de privacidade, contactos pessoais com a família e com pessoas com quem tenham especial relação afetiva, sem prejuízo das limitações impostas por decisão judicial ou pela comissão de proteção;”
- b) “Receber uma educação que garanta o desenvolvimento integral da sua personalidade e potencialidades, sendo-lhes asseguradas a prestação dos cuidados de saúde, formação escolar e profissional e a participação em atividades culturais, desportivas e recreativas;”

- c) “Usufruir de um espaço de privacidade e de um grau de autonomia na condução da sua vida pessoal adequados à sua idade e situação;”
- d) “Ser ouvido e participar ativamente, em função do seu grau de discernimento, em todos os assuntos do seu interesse, que incluem os respeitantes à definição e execução do seu projeto de promoção e proteção e ao funcionamento da instituição e da família de acolhimento;”
- e) “Receber dinheiro de bolso;”
- f) “A inviolabilidade da correspondência;”
- g) “Não ser transferido da casa de acolhimento ou da família de acolhimento, salvo quando essa decisão corresponda ao seu superior interesse;”
- h) “Ser acolhido, sempre que possível, em casa de acolhimento ou família de acolhimento próxima do seu contexto familiar e social de origem, exceto se o seu superior interesse o desaconselhar;”
- i) “Não ser separado de outros irmãos acolhidos, exceto se o seu superior interesse o desaconselhar.”

Segundo o Instituto para o Desenvolvimento Social (cit. por Rodrigues, 2016), existem alguns critérios de admissão nas casas de acolhimento, de modo a ir de encontro com os objetivos e regras das mesmas, sendo estes o/a:

- Sexo da criança/jovem, visto que nem todas as instituições são mistas;
- Problemática que a jovem apresenta, para que não entre em conflito com a segurança e bem-estar das outras crianças/jovens que já se encontram na instituição;
- Vaga na casa de acolhimento em questão;
- Existência de algum tipo de deficiência, de modo a se saber se a instituição tem condições para a sua integração;
- Residência da criança/jovem;
- Existência de familiares, sendo este privilegiado de modo a não se separar os mesmos.

Todas as crianças/jovens que integram uma casa de acolhimento têm de ter um plano de vida, de modo aos profissionais conseguirem orientá-los na vida, algo que anteriormente nas suas famílias problemáticas não era conseguido.

“O planeamento da vida é um meio de preparar um curso de ações futuras, mobilizadas em torno da construção do próprio eu.” (Giddens, 2002 cit. por Mesquita, 2011, p. 61)

Gomes (2010), define o Sistema de Proteção Infantil, como o montar de um projeto, designado como projeto de vida, que tem como seu objetivo a orientação através da

articulação das diversas áreas de intervenção, tendo sempre como seu fim o bem-estar e bom desenvolvimento da criança. Nenhuma criança/jovem deve ser privada de estar com a sua família, no entanto, é de notar que nem todas as famílias conseguem ter comportamentos adequados para o bom desenvolvimento do menor de 18 anos, nesse sentido, Gomes (2010) acredita ser necessário um contacto da criança/jovem com a família, mas sempre controlado pelos profissionais sociais, consciencializando a criança/jovem do correto e incorreto.

Para garantir o bom desenvolvimento do menor de 18 anos, uma vez que foi tirado da sua família disfuncional, o acolhimento residencial deve garantir uma intervenção que segue aos seguintes princípios (Secção I, Art.4, Decreto Lei nº 164/2019):

a) “Individualização - a intervenção deve ter em conta a criança ou o jovem, enquanto sujeito de direitos, as suas necessidades específicas, designadamente no que se refere a cuidados e atenção, de forma a que se lhe permita criar relações de afetividade seguras e desenvolver competências e valores que promovam o desempenho do seu papel na comunidade, garantindo o seu bem-estar e desenvolvimento integral;”

b) “Adequação - a intervenção deve ser adequada às necessidades de cada criança ou jovem, à respetiva situação familiar, bem como à finalidade e duração do acolhimento;”

c) “Normalização - à criança ou ao jovem deve ser proporcionado um quotidiano semelhante ao de qualquer outra criança ou jovem da mesma idade;”

d) “Participação e audição - à criança ou jovem são garantidas as condições de privacidade e os meios de contacto necessários para que possam intervir nos processos e decisões que os afetam, bem como são garantidas as condições para participar e ser ouvido nas decisões que lhe dizem respeito, em função da sua idade e maturidade, devendo ser tidas em consideração as suas opiniões, designadamente no que respeita à definição e execução do seu projeto de promoção e proteção e revisão da medida de acolhimento residencial;”

e) “Privacidade - a promoção dos direitos e a proteção da criança ou do jovem devem ser realizadas no escrupuloso respeito pela sua intimidade, direito à imagem e reserva da vida privada;”

f) “Intervenção diligente - a intervenção deve ser eficiente, garantindo a maior prontidão possível no acolhimento da criança ou do jovem, bem como na implementação do plano de intervenção individual e da definição do seu projeto de vida;”

g) “Preservação dos vínculos parentais e fraternos - deve ter-se em conta a proximidade aos contextos de origem e a salvaguarda de relações psicológicas profundas, bem como a não separação de fratrias, salvo quando contrarie o superior interesse das crianças ou dos jovens envolvidos;”

h) “Corresponsabilização da família de origem - deve favorecer-se a participação e capacitação da família de origem numa perspectiva de compromisso e de colaboração;”

i) “Colaboração interinstitucional - deve ser assegurada a articulação entre as entidades envolvidas, no âmbito de uma abordagem sistémica que, através dos respetivos profissionais, permita e facilite o estímulo e o desenvolvimento das potencialidades da criança ou do jovem e das respetivas famílias.”

É nesta perspectiva que Gomes (2010), relata a importância de dar a estas crianças/jovens o poder de acreditar nos seus futuros, dando-lhe as devidas necessidades, de modo a que as mesmas possam alcançar a sua autonomia e poder de responsabilidade.

“É importante lembrar que temos de dar a estas crianças a oportunidade de pensar e, sobretudo, de acreditar no futuro, pelo que, no presente, há que suprir necessidades, tais como a proteção, os cuidados básicos, o apoio diário, o afeto, promover a sua autonomia e responsabilidade, e fazê-los acreditar que nós, adultos, também acreditamos que, reparando no seu passado e reconstruindo o presente, poderão alcançar com êxito o FUTURO...” (Gomes, 2010, p.29-30)

Como pode constatar-se no gráfico 4, publicado no relatório CASA (2020), 36% dos jovens acolhidos em acolhimento residencial têm idades compreendidas entre os 15 e os 17 anos de idade, sendo que cada vez estão a entrar mais tarde nas instituições e com mais problemas de comportamentos, devido ao crescimento sem as regras e imposições necessárias para o correto desenvolvimento e integração social. Mais de metade (57%) dos jovens institucionalizados foram afastados da família por falta de supervisão e acompanhamento por parte dos cuidadores.

Faixa Etária	N°		Variação (%)	%		
	2018	2019		2018	2019	
0-3 anos	578	619	7%	8,2%	8,8%	↑
4-5 anos	273	248	-9%	3,9%	3,5%	↓
6-9 anos	639	634	-1%	9,1%	9,0%	↓
10-11 anos	479	503	5%	6,8%	7,1%	↑
12-14 anos	1 318	1 284	-3%	18,7%	18,2%	↓
15-17 anos	2 509	2 547	2%	35,7%	36,1%	↑
18-20 anos	1 096	982	-10%	15,6%	13,9%	↓
21 e + anos	140	229	64%	2,0%	3,3%	↑
Total	7 032	7 046	0,2%			

Gráfico 4 - Idade crianças e jovens em situação de acolhimento (CASA, 2020, p.38)

Como pode ler-se no gráfico 5, publicado no relatório CASA (2020), os distritos que apresentam mais jovens institucionalizados até aos 24 anos de idade, comparativamente aos jovens residentes na área, são Bragança, Coimbra, Portalegre e Beja, como se pode observar nos gráficos abaixo apresentados. No entanto são os distritos de Lisboa (1342), Porto (1159) e Setúbal (496) que têm mais crianças e jovens em acolhimento. Pelo contrário Évora (134), Portalegre (134) e Viana do Castelo têm no seu distrito menos crianças e jovens em situação de acolhimento.

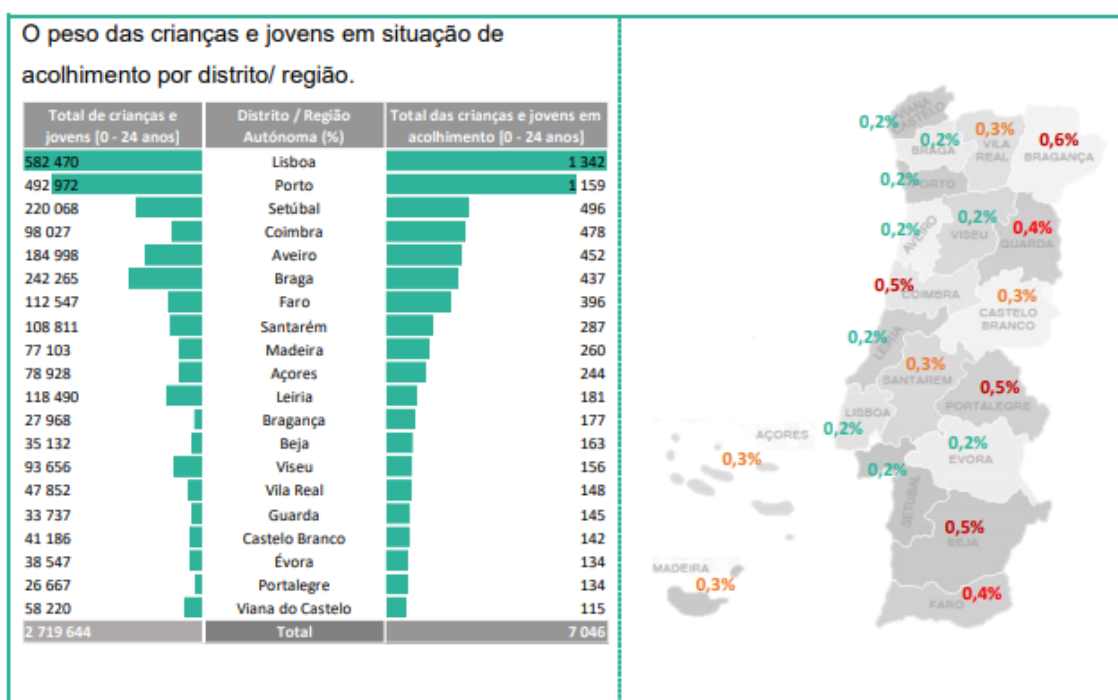


Gráfico 5 - Crianças e Jovens em Acolhimento face à população geral (0-24 anos) (CASA, 2020, p. 19)

Em Portugal, os novos acolhimentos feitos em instituições foram 21% para casas de acolhimento para sexo feminino, 23% para casas de acolhimento para sexo masculino e 56% para casas de acolhimento mistas. É de notar que os menores acolhidos são maioritariamente do sexo masculino (54%).

Comparativamente às outras respostas de acolhimento residencial generalista, é possível notar uma maior afluência de crianças e jovens em Lares de Infância e Juventude a partir dos 10/11 anos até aos mais de 21 anos. Dos 0 aos 9 anos é optado pela institucionalização em Centros de Acolhimento Temporários. Em todas as respostas de acolhimento residencial é possível observar que há mais jovens dos 15 aos 17 anos, tal como se pode ver gráfico nº 6.

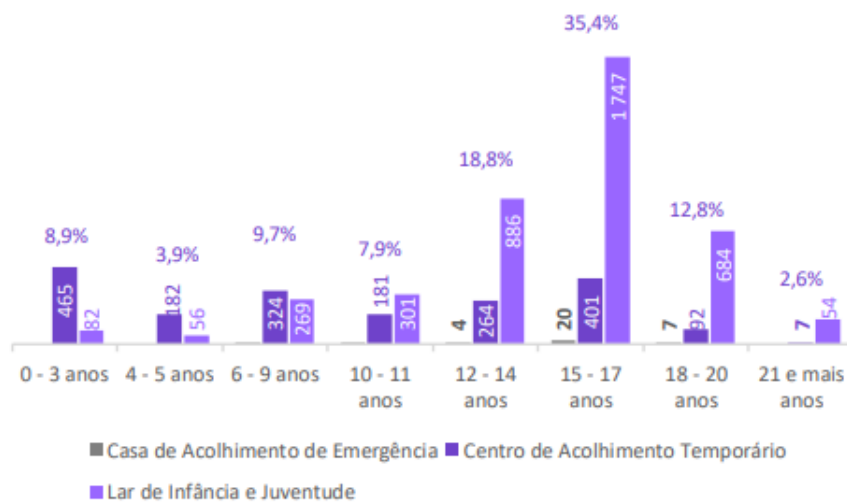


Gráfico 6 - Distribuição das crianças e jovens pela resposta de acolhimento generalista (CASA, 2020, p.41)

De acordo com o relatório CASA (2020), durante 9 anos de registos é notável, através do gráfico 7, que houve uma diminuição do número de crianças e jovens que passaram por casas de acolhimento, registando no ano de 2019 9522 crianças e jovens nesta situação, comparativamente às 12025 crianças e jovens do ano de 2010.

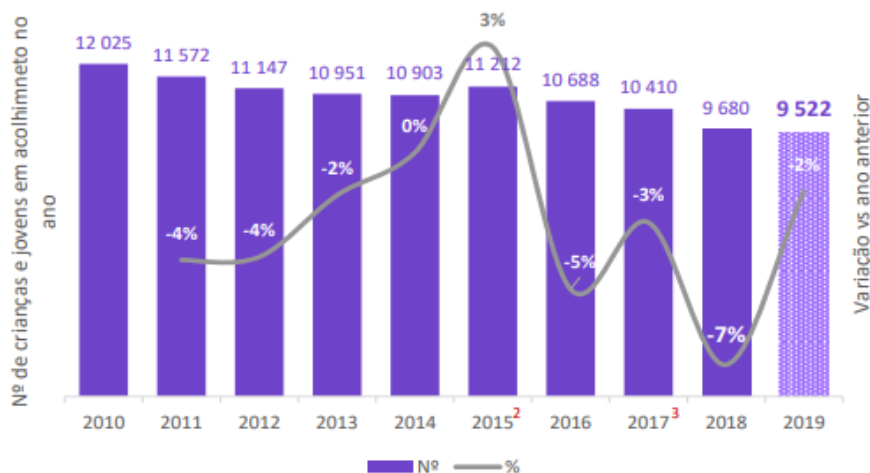


Gráfico 7 - Evolução do número de crianças e jovens entre 2010 e 2019 (CASA, 2020, p.25)

Quanto aos Lares de Infância e Juventude pode-se observar, através do gráfico 8, mais crianças com idades compreendidas entre os 12 anos e os 17 anos, sendo que vêm cada vez mais tarde para esta resposta social e com comportamentos aditivos, desafiantes e desadequados, devido à tardia intervenção. Foram registadas em 2019, como estando ao abrigo desta resposta social 4179 crianças e jovens (gráfico 8).

LIJ	Nº		Variação (%)	%		
	2018	2019		2018	2019	
0-3 anos	70	82	17%	1,7%	2,0%	↑
4-5 anos	64	56	-13%	1,5%	1,3%	↓
6-9 anos	259	269	4%	6,2%	6,4%	↑
10-11 anos	273	301	10%	6,5%	7,2%	↑
12-14 anos	928	886	-5%	22,0%	21,2%	↓
15-17 anos	1 747	1 747	0%	41,5%	41,8%	↑
18-20 anos	779	684	-12%	18,5%	16,4%	↓
21 e mais a	91	154		2,2%	3,7%	↑
Total	4 211	4 179	-1%			

Gráfico 8 - Idades das Crianças e Jovens em Resposta de Lar de Infância e Juventude (CASA, 2020, p.42)

Os Lares de Infância e Juventude pretendem ser uma resposta temporária, contudo, devido às problemáticas a nível familiar e ao tempo de resolução destas situações, as crianças e jovens acabam por permanecer nestas residências até os seus 18 anos, ou seja, até atingirem a maioridade.

É notável, após esta análise, que cada vez mais tarde estão a chegar jovens às instituições, sendo que a idade predominante são os 16 anos. Esta idade de retirada às famílias encontra-se, muitas das vezes, como um problema para a casa de acolhimento que recebe o jovem, visto trazer inquietude pelos comportamentos desviantes.

Estes comportamentos devem-se a uma vida sem regras ou de incumprimento das mesmas. Assim sendo, quando o jovem em questão é deparado com regras e a obrigação de cumprimento das mesmas, na casa de acolhimento, recusa-se e foge, repetidamente, para o ambiente a que está habituado, em que faz o que quer sem ter de dar satisfações a pessoas desconhecidas (Delgado & Gersão, 2018).

CAPÍTULO 5. EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS INSTITUCIONALIZADAS

Houve um avanço da sociedade e no seu pensamento quanto às crianças que de si dependiam. A casa onde residem os menores de 18 anos é a reflexão do que a sociedade pensa e quer. Assim sendo, enquanto numa casa há a vontade de ver crescer e progredir o seu dependente, devido à sociedade e ambiente em que se encontra inserido, em muitas outras casas apenas há a ideia de sobrevivência, não sendo possível à criança desenvolver-se corretamente, segundo os ideais da sociedade, estando num ambiente que apenas lhe permite certos comportamentos de sobrevivência. Estas últimas famílias são vistas pelas outras como desviantes, visto, por vezes, não conseguirem passar os valores ditos corretos para o bom desenvolvimento da criança/jovem.

Os valores das crianças e jovens, dependem das suas vivências, quer no seio familiar quer do meio em que estejam inseridas, isto é, da sociedade e estruturas que estas frequentam, como a escola. Segundo Sebastião (1995, cit. por Amaral e Martins, 2010), os comportamentos desadequados destas crianças/jovens são resultado de falhas nas definições socioculturais normativas, provocando, deste modo, conflitos e rutura social. Assim sendo, se as crianças e/ou jovens têm comportamentos desadequados, é frequente que estejam inseridas em meios que promovem ou facilitam estes comportamentos. A estrutura familiar é, frequentemente, onde se iniciam e desenvolvem os valores e comportamentos, quer sejam eles adequados ou desadequados, por isso, quando são comportamentos não adequados, é necessária uma intervenção com esta família em questão.

“(…) a estrutura familiar é composta por um conjunto de indivíduos com condições e em posições, socialmente reconhecidas, e com uma interação regular e recorrente, também ela socialmente aceite. É fundamental conhecermos o modelo de relação que está estabelecido na família, seja uma parentalidade adequada, isto é, uma capacidade de empatia com a criança/jovem, um reconhecimento da sua figura individual, ou uma parentalidade parcial aumentando o risco.” (Gonçalves, 2018, pp.9-10)

Indo de encontro com o anteriormente referido, há famílias que não incentivam, nem querem, que os filhos tenham uma educação, não permitindo que vão à escola. Outra situação é quando as crianças ou adolescentes não têm vontade de ir à escola e os cuidadores nada fazem quanto ao exercício desse direito e dever que é a escolarização. Isto, por vezes, vai de encontro ao historial dos cuidadores em questão, que também não tiveram estes valores transmitidos quando eram crianças, aprendendo, portanto, a sobreviver com os valores que lhes foram dados. Deste modo, muitas das crianças ou jovens são sinalizadas em ambiente escolar, visto ser o meio onde se nota os comportamentos desviantes das crianças e jovens e o absentismo escolar.

Após a sinalização, é vista e analisada a melhor intervenção a esta criança e/ou família, visto que, segundo Gonçalves (2018), é na adolescência que se constrói a identidade, através dos valores que são adquiridos pela família e com a escola, aquando a infância, sendo a escola um elemento bastante importante na vida dos menores de 18 anos, pois transmite valores corretos, segundo a visão da sociedade, e educação para o melhor desenvolvimento do mesmo. Deste modo, quando é analisado que a melhor resposta será a retirada à família, é papel da resposta social que alberga o menor de 18 anos o seu bem-estar e educação para um futuro melhor, com valores corretos. Neste sentido, é papel da resposta social que a criança/jovem contribua para o seu desenvolvimento pessoal, indo à escola e terminando, pelo menos, a escolaridade obrigatória.

Estas respostas sociais, como anteriormente referido, são previstas como temporárias, no entanto, a maioria dos menores de 18 anos acabam por permanecer nas mesmas até completarem a maioridade. Assim sendo, Catela e Martins (2016) dão relevância à escola e ao acompanhamento destas respostas nas idas e empenhos escolares por parte destas crianças e jovens. Apesar desta preocupação é de notar, através do estudo de uma casa de acolhimento residencial no Alto Alentejo das mesmas autoras (Catela e Martins, 2016), que a maioria das crianças e jovens em resposta de acolhimento residencial se encontrava abaixo do nível de escolaridade esperado para a sua idade, devido a reprovações e às dificuldades em acompanhar e compreender as matérias escolares. Segundo o Relatório CASA (2020), das 7046 crianças e jovens a serem abrigadas pelo acolhimento residencial 91% encontra-se em Respostas Educativas e Formativas, Creches e Educação pré-escolar. No 1º ciclo encontram-se 902 menores de 18 anos, sendo que 62,2% tem entre 6 e 9 anos. No 2º ciclo 992 crianças e jovens ao qual 47% tem entre 12 e 14 anos. No 3º ciclo estão 2012 jovens, em que 63% têm entre 15 e 17 anos. No secundário, encontram-se 1254 jovens em que 60% tem entre os 15 e os 17 anos. A maior parte das crianças/jovens estão no ensino regular. No secundário é possível observar mais jovens em cursos profissionais (827 jovens) do que nos cursos regulares.

Ainda através do Relatório CASA (2020), foi-nos possível entender que 82 crianças e jovens não frequentavam a escola, quer por ser um acolhimento recente (15 jovens), deficiência (10 jovens), reorganização das necessidades do menor (33 jovens) ou devido a fugas, gravidez, etc. (24 jovens). Sendo assim, a não frequência da escola devia-se maioritariamente à necessidade de reorganizar a qualificação ajustando melhor às necessidades e dificuldades da criança/jovem.

CAPÍTULO 6. PANDEMIA COVID.19 E SUAS CONSEQUÊNCIAS

Em 18 de março de 2020, o governo da república Portuguesa declarou o Estado de emergência, devido à situação sanitária provocada pela pandemia, associada à doença COVID19.

No sentido de se definir esta pandemia, é importante realçar a diferença entre pandemia e epidemia. A SIC Notícias distingue ambas afirmando que enquanto uma epidemia se define como a doença que apenas se propaga por alguns países, não saindo assim das fronteiras dos mesmos, uma pandemia é descrita como uma doença que ameaça pessoas pelo mundo inteiro, ao mesmo tempo. A DGS (2020), afirma, portanto, que uma pandemia se define como uma “epidemia que envolve vários países ou continentes e que afeta uma população grande”.

De acordo com o Serviço Nacional de Saúde, recorrendo à Organização Mundial de Saúde, o Covid-19 é a doença provocada pelo coronavírus SARS-COV-2, ao qual estão associadas, principalmente, infeções no sistema respiratório. O primeiro caso deste vírus foi detetado no final do ano 2019, numa cidade chinesa de Wuhan, começando aí a sua propagação.

“Na noite de (30 de dezembro de 2019), foi emitido um “aviso urgente sobre o tratamento de uma pneumonia de causa desconhecida”, o qual foi amplamente divulgado na internet através de um comunicado oficial da Administração Médica e do Comité de Saúde Municipal da Administração Médica de Wuhan.”
(Mackenzie, 2020, p. 23)

Os principais sintomas desta doença, ainda de acordo com o Serviço Nacional de Saúde, prendem-se com:

- Febre, numa temperatura corporal acima dos 38°C;
- Tosse;
- Dificuldade respiratória, tal como a falta de ar;
- Cansaço.

Alguns sintomas também muito recorrentes, segundo o Serviço Nacional de Saúde, são a dor de garganta, tensões musculares, perda de paladar e/ou olfato, diarreia e/ou dor de cabeça.

Segundo estas informações o seu período de contaminação, que passa desde o contacto com o vírus até o aparecimento de algum dos sintomas acima referidos, é considerado de 14 dias. Segundo Mackenzie (2020), o método utilizado nos controlos epidémicos ao longo dos tempos, e que foi utilizado também neste período de pandemia Covid-19, prendia-se com o isolamento das pessoas que apresentavam algum tipo de sintoma, tal como os seus contatos até poderem demonstrar algum tipo de sintoma.

De acordo com Tuñas *et al* (2020), um indivíduo é contaminado através do contacto direto com outra pessoa, que esteja infetada, sendo assim passado através de gotículas atravessadas até ao não infetado, quer por tosse ou espirros. No entanto, as pessoas também podem ficar infetadas se tocarem em alguma superfície contaminada pelo vírus, e passar pelos olhos, nariz e/ou boca.

Contudo, nem toda a população apresenta sintomas para o novo vírus, podendo estar a infetar outras pessoas, sem saber. Palma (2020) explica estes indivíduos, que não têm qualquer sintoma, no entanto são portadores da Covid-19, como pacientes assintomáticos.

“Diz-se que é assintomático o paciente que, embora infetado pelo novo coronavírus, não apresente quaisquer sintomas, tais como febre, tosse ou dificuldade respiratória. Ainda assim, o paciente assintomático poderá transmitir a doença a terceiros.” (Palma, 2020, p. 1)

Para a melhor compreensão desta informação os autores recorreram a um gráfico (figura 1), que retrata a cadeia de transmissão deste vírus.

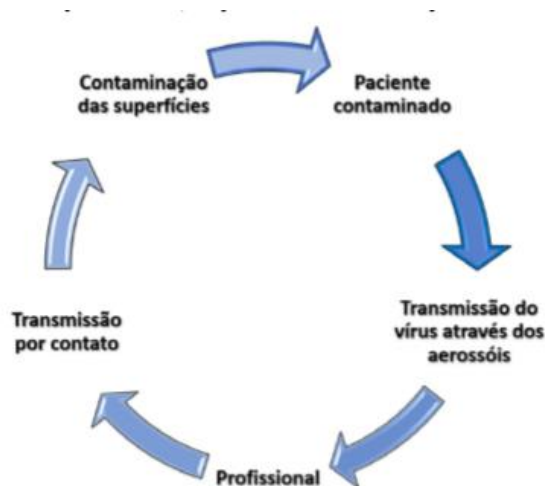


Figura 1 - Transmissão da Covid-19 (Tuñas *et al*, 2020, p. 3)

Assim sendo, para a não propagação deste vírus, cada país implementou as suas regras, de acordo com as decisões dos políticos e com a gravidade em que se encontrava cada país.

De acordo com os dados transmitidos e relatados por Campos e Lins (2020), os primeiros dois casos de portugueses infetados, em Portugal, foram a 2 de março e a primeira morte deu-se duas semanas após esse dia. Só começaram a ser tomadas medidas quanto a este vírus, e a não propagação do mesmo, dia 11 de março, em que foi aconselhado pelo Estado o isolamento social. No dia 16 de março começaram a ser encerrados espaços como as escolas. A 18 de março de 2020 foi declarado, pelo

Presidente da República português, o estado de emergência, pelo qual, segundo o Decreto nº 2-A/2020, era obrigatório:

- O confinamento dos indivíduos infetados pelo vírus e cidadãos determinados pelos profissionais de saúde a vigilância ativa (Art.3º);
- A adoção do teletrabalho, quando a atividade profissional o permitisse (Art.6º);
- O encerramento de estabelecimentos considerados não prescindíveis, tais como discotecas, bares, parques aquáticos, cinemas, piscinas, entre outros, tendo de se manter em abertura supermercados, talhos, peixarias, padarias, clínicas veterinárias, postos de abastecimento combustível, serviços médicos, entre outros (Art.7º);
- O cancelamento de realizações religiosas, como funerais, missas e casamentos (Art.17º);

Neste mesmo dia em que foi declarado o estado de emergência, foi aprovado pelo Parlamento projetos de alguns partidos, como o Bloco de Esquerda e Partido Comunista Português, em que era interrompido os processos de despejo aos indivíduos residentes em solo português.

Neste sentido, e com o objetivo de os indivíduos não serem infetados pelo vírus, o Serviço Nacional de Saúde recomendou o seguimento de certas medidas como:

- Proteção do nariz e boca com um lenço ou o braço, quando se vai tossir ou espirrar;
- Lavagem regular das mãos com sabão e água;
- Desinfestação de produtos trazidos da rua com lixívia ou álcool;
- Evitar o contacto físico com outras pessoas;
- Manter-se em casa.

O uso de máscara em qualquer espaço fechado comunitário tornou-se obrigatório, de modo a proteger não só a pessoa, que não apanha o vírus através da boca, como de proteger os outros, caso o individuo esteja infetado e não o saiba.

Foi elaborado pela Direção Geral de Saúde uma lista de recomendações direcionado para as IPSS, com medidas internas, de modo a prevenir o aparecimento deste vírus nas instituições. Assim sendo, estas instalações tinham de assegurar a limpeza dos espaços comuns diversas vezes ao dia, arejar as salas e espaços fechados regularmente, assegurar espaços para lavagem de mãos com água e sabão e afixar folhetos com as recomendações gerais de saúde para conhecimento de todos os utentes, como medidas internas.

Apesar de todos estes esforços, a 1 de abril, de acordo com Campos e Lins (2020), Portugal já contava mais de oito mil casos e cento e oitenta e sete mortes. Para além deste abalo na população portuguesa, também se notou impactos na economia, em que houve uma queda nos “níveis de consumo privado, investimentos, importações e exportações”.

Ao longo dos meses, e consoante o agravar da situação no país, foram-se implementando mais medidas, de modo a este vírus não se propagar tão facilmente. No entanto, nota-se que a maior parte das cadeias de transmissão ocorrem no seio familiar, em que normalmente não se seguem as recomendações, ou seja, é no seio familiar que as pessoas andam sem máscara e continuam a expressar os afetos (abraços e beijos) com os membros da família, resultando assim na transmissão do vírus que poderá estar em algum dos elementos.

Esta pandemia afetou diversos parâmetros, tal como o das relações sociais, que acaba por afetar mais o grupo das crianças e jovens no aspeto em que espaços de reunião social tiveram de fechar, ou seja, escolas, ginásios, centros comerciais, entre outros. Os jovens, tal como o resto da população, tinham de se manter afastados e não podiam sair de casa, neste primeiro período da pandemia associada à doença Covid-19, por isso não comunicavam tanto com os seus pares, o que deixou muitos adolescentes e crianças com um sentimento de insegurança emocional e social, visto que viram uma “interrupção no processo de procura por identidade fora de casa” (Marques *et al*, 2020, cit. por Reis & Porto, 2020). Este isolamento a que foram obrigados foi acompanhado de diversos comportamentos de risco para as suas saúdes mentais, entre eles, a diminuição repentina das atividades físicas, a que eram obrigados nas escolas; a alteração dos sonos e alimentação; a exposição desmedida às informações; e ainda o uso excessivo de aparelhos eletrónicos como forma de escapar à realidade em que estavam inseridos (Reis & Porto, 2020). Devido a estes comportamentos que começam a ser adotados pelos jovens, são aplicados pelos cuidadores algumas medidas recomendadas, assim como a criação de um horário em que equilibre a hora de descanso/brincar da criança/jovem e de estudo, de modo a evitar que esta se isole nos aparelhos eletrónicos e continue a empenhar-se nas matérias escolares; a regulação do acesso às informações passadas na televisão e internet; e a comunicação e exposição dos sentimentos e inseguranças, bem como a comunicação com os pares através das redes sociais (Lima, 2020).

Nas estruturas de acolhimento foram implementadas medidas de orientação, por parte da Direção Geral de Saúde, de modo a ajudar as instituições a protegerem-se da pandemia vivida.

Neste sentido, seguindo a orientação número 009/2020 da Direção Geral de Saúde, foram implementadas as seguintes medidas:

- Criação de planos de contingência pelas diversas instituições, com o objetivo de conseguirem agir rapidamente no caso de terem um surto Covid-19;
- Controlo do contacto entre os colaboradores, isto é, algumas instituições optaram por turnos de trabalho em que alguns grupos não se cruzassem;
- Máscaras obrigatórias, para se protegerem tanto a si como as crianças e jovens;
- Controlo de temperaturas e possíveis sintomas;
- Controlo da distância nos diversos espaços comuns, como por exemplo as camas nos quartos ou os lugares nos refeitórios estarem afastados uns dos outros;
- Arejamento dos espaços;
- Em caso de nova admissão, o isolamento da criança/jovem, em quarto separado das restantes, denominado de quarto de isolamento, e comprovativo de teste negativo à Covid-19.

PARTE II. ESTUDO EMPÍRICO

Esta investigação teve como principal finalidade compreender as vivências, sentimentos e preocupações das jovens que se encontravam em duas instituições de acolhimento residencial (uma situada na região da Grande Lisboa e outra situada numa cidade do Alto Alentejo), durante o período que correspondeu ao primeiro confinamento devido à doença Covid 19. Os dados referentes à casa de acolhimento da grande Lisboa e à casa de acolhimento do Alto Alentejo serão adiante apresentados separadamente e designados por estudo 1 e estudo 2, respetivamente.

CAPÍTULO 1 – ESTUDO 1

1.1. - OBJETIVOS E MÉTODO: ESTUDO 1 INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO RESIDENCIAL NA GRANDE LISBOA

Este estudo teve, assim, como principais objetivos a compreensão das vivências, preocupações e sentimentos de jovens institucionalizadas, numa dada casa de acolhimento residencial da Grande Lisboa, aquando o período de confinamento gerado pelo vírus da doença Covid-19, bem como a identificação das alterações que ocorreram na casa de acolhimento residencial para a segurança das mesmas e dos trabalhadores. Assim sendo, neste estudo será analisado o impacto que a pandemia teve no bem-estar, na segurança e na educação escolar das jovens na casa de acolhimento residencial localizada na área da Grande Lisboa.

1.2 - CARATERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO E DOS PARTICIPANTES: ESTUDO 1 INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO RESIDENCIAL NA GRANDE LISBOA

Esta casa de acolhimento, é uma instituição que tem espaço para cinquenta jovens do sexo feminino, sendo que as jovens são divididas por cinco casas. Contém um espaço verde amplo, cinco casas habitacionais, uma casa para o lazer e estudo, um estabelecimento de lavandaria e um estabelecimento onde se encontra a equipa técnica e a parte da cozinha e refeitório.

Neste estudo participaram trinta e seis jovens do sexo feminino a residir numa instituição de acolhimento residencial da Grande Lisboa. Participaram também seis trabalhadores dessa casa de acolhimento residencial.

As 36 jovens tinham idades compreendidas entre os 13 e os 22 anos, sendo que a média de idades era de 16,77 anos. É possível observar, através do gráfico n.º 9, que foram recolhidos dados de uma jovem com 13 anos, cinco jovens com 14 anos, seis

jovens com 15 anos, cinco jovens com 16 anos, cinco jovens com 17 anos, sete jovens com 18 anos, quatro jovens com 19 anos, duas jovens com 21 anos e uma jovem com 22 anos.

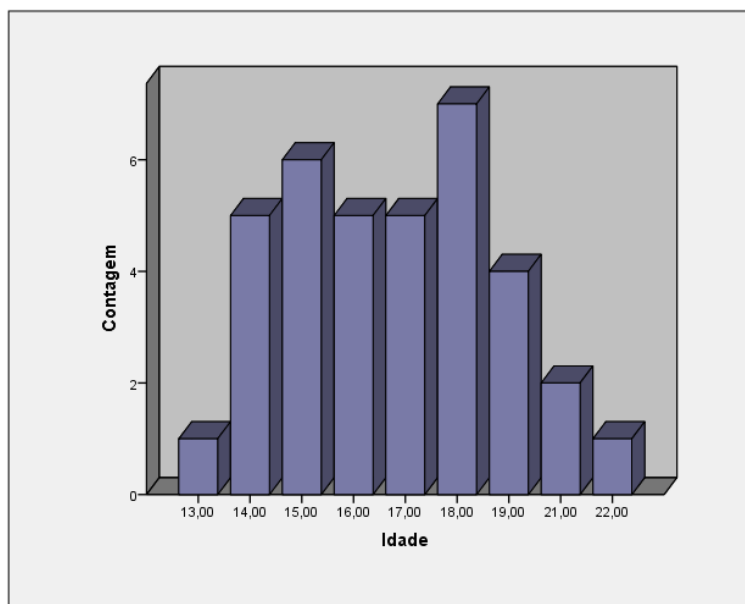


Gráfico 9 - Idades das jovens institucionalizadas (Estudo 1)

Participaram, também, neste primeiro estudo, seis trabalhadores, sendo quatro trabalhadores da equipa técnica e dois trabalhadores da equipa educativa. Foram, assim, questionadas duas psicólogas, uma trabalhadora na casa de acolhimento residencial há sete anos e outra há três anos e meio; um técnico do serviço social, trabalhador na instituição há um ano; uma gestora de processos, trabalhadora na casa de acolhimento residencial há quatro anos; e dois auxiliares de educação, que trabalham na instituição um há três anos e outro há dez meses.

Função na Casa de Acolhimento Residencial	Tempo de trabalho na Casa de Acolhimento Residencial
Psicóloga	7 anos
Gestora de Processos	4 anos
Psicóloga	3 anos e meio
Auxiliar de Educação	3 anos
Técnico do Serviço Social	1 ano
Auxiliar de Educação	10 meses

Tabela 1 - Trabalhadores da Casa de Acolhimento Residencial (Estudo 1)

1.3 – INSTRUMENTOS: ESTUDO 1 INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO RESIDENCIAL NA GRANDE LISBOA

De modo a conseguir cumprir o grande objetivo deste estudo foram elaborados numa primeira fase guiões de entrevista (Anexo 2 e 3). No entanto, as questões do guião tiveram de ser adaptadas a questionários (Anexo 6 e 7), devido à situação de confinamento existente, que foram entregues à equipa técnica e, posteriormente, distribuídos pelas jovens e trabalhadores da casa de acolhimento residencial. Foi igualmente distribuído um questionário elaborado pela Ordem dos Psicólogos (Anexo 4), de forma a reunir mais informações sobre os sentimentos das jovens institucionalizadas, aquando este período de confinamento. Assim, foi utilizado um método qualitativo, que incluiu um questionário com 15 questões abertas para as jovens e 12 questões abertas para os trabalhadores. Nestes questionários incluía questões de modo a recolher a idade e escolaridade das jovens, bem como informações sobre os seus conhecimentos e sentimentos ao longo da pandemia e confinamento que tiveram de viver. Foi também distribuído um questionário fechado com 15 questões de escolha múltipla, elaborado pela Ordem dos Psicólogos.

1.4 – PROCEDIMENTOS: ESTUDO 1 INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO RESIDENCIAL NA GRANDE LISBOA

Para este estudo ser possível, foi pedida a autorização, de participação das jovens institucionalizadas e funcionários, à diretora da casa de acolhimento da Grande Lisboa, através de um documento (Anexo 1) enviado via email. Após consentimento, por parte da diretoria, foram elaborados e enviados os questionários (Anexo 6 e 7), de modo a serem aprovados e entregues às jovens e funcionários da instituição. Quando respondidos foram levantados e foi elaborada a devida análise das respostas recolhidas.

Neste procedimento foi utilizado o código de ética do Instituto Politécnico de Portalegre, respeitando, assim, os seguintes princípios:

- a) “Deve ser realizada de forma livre, com consentimento informado, embora sujeita aos condicionalismos deste código e da legislação em vigor, nomeadamente as que asseguram a proteção do ser humano”;
- b) “Qualquer decisão ou prática de investigação deve ser tomada ou levada a cabo com total respeito pela integridade da pessoa, pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais”;

c) “Os interesses, bem-estar e dignidade do ser humano na investigação devem prevalecer sobre os simples interesses da ciência ou da sociedade, assim:”

I. “A investigação e a produção de conhecimento inovador não podem pôr em causa o melhor interesse dos sujeitos em estudo, devendo ficar salvaguardados os seus direitos, saúde e bem-estar”;

II. “A investigação deve ser conduzida unicamente por indivíduos com a formação e qualificação ética e científica adequadas.”

1.5 - APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS: ESTUDO 1 INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO RESIDENCIAL NA GRANDE LISBOA

1.5.1. - Escolaridade – Sentimentos e Período de Confinamento: Estudo 1 Instituição de Acolhimento Residencial na Grande Lisboa

Em primeiro lugar foram analisadas as respostas às questões sobre a escolaridade das jovens durante o confinamento.

Questões a analisar:	
Jovens:	Trabalhadores:
<p>2. Andas em que ano?</p> <p>3. Gostas da escola? Porquê?</p> <p>12. Como correu o restante período letivo, em que tiveste de ficar em casa a fazer as atividades propostas pela escola?</p> <p>13. Acompanhavas os programas de televisão do teu ano? Se sim, sentiste alguma dificuldade aquando acompanhavas esses programas, ou percebias tudo o que era explicado?</p> <p>14. Sentes que foi melhor para ti as aulas em casa ou ir para a escola ter aulas? Porquê?</p> <p>15. Por fim, como foram as tuas notas de final de período? Obtiveste aprovação nesse período?</p>	<p>5. Sente que as jovens notaram o perigo que era esta pandemia? Porquê?</p> <p>6. Como foi o cumprimento dos deveres escolares no tempo de confinamento a que as jovens se viram obrigadas a respeitar?</p> <p>7. Sente que houve um maior cumprimento das atividades escolares em tempo de confinamento ou quando as jovens iam às aulas presenciais?</p>

Tabela 2 - Questões dos guiões de entrevista (Anexo 2 e 3)

Através da análise de conteúdo às respostas dos questionários, foi possível notar que vinte e uma jovens têm sentimentos positivos quanto à escola (58,3%), classificando a mesma como tendo “muitas vantagens para o futuro”, onde podem “conviver” e “ser alguém na vida”, entendendo a importância que a escolaridade tem para as jovens e o seu futuro. Das jovens que afirmaram que gostavam da escola é notável que seis foi pela convivência com os seus pares, seis pela aprendizagem de saberes e competências e quatro por ser uma segurança para um futuro melhor. Seis jovens não especificaram a razão pela qual gostam da escola (tabela nº 12 do Anexo 9). Foi

possível também notar que doze jovens (33,3%) apresentam sentimentos negativos quanto à escola, justificando com frases do tipo: os “professores chatos”, o facto de “não me concentro” ou com o facto de acharem apenas “secante”. Afirmações que parecem revelar dificuldades nas relações com os professores ou na compreensão das matérias. Três jovens (8,3%) apresentam-se como neutras referindo “mais ou menos” ou “sinto que já gostei mais”.

Analisou-se a relação entre a idade das adolescentes, o seu nível de escolaridade atual, e a escolaridade prevista para a sua idade. Apesar de muitas das jovens referirem que gostam da escola, é possível notar que apenas onze (30,5%) das trinta e seis jovens se encontram no nível esperado, enquanto as outras vinte e cinco jovens (69,44%) se encontram em um nível de escolaridade abaixo do esperado (tabela nº 11 do Anexo 8).

Durante o primeiro confinamento algumas jovens indicaram que a escola correu bem, mal ou normal. A maioria das jovens aponta que a escola correu bem, durante este período, referindo que o mais complicado foi o acompanhamento das matérias e o sentimento de exaustão ao longo das semanas (“muitas horas em frente de um ecrã”). Assim sendo, vinte e quatro jovens (66,7%) afirmam que a escola correu bem dizendo, por exemplo:

- ✓ “muitos trabalhos, semanas mais cansativas, mas bem”;
- ✓ “foi mais difícil por causa de não estarmos preparadas, mas acredito que tudo saiu bem”

Sete jovens (19,4%) referem que a escola correu mal, realçando os pontos negativos que acima foram referenciados como os pontos que fizeram o seu período escolar correr mal. Alguns exemplos dados pelas jovens foram:

- ✓ “mais complicado por não se conseguir ter aulas práticas”;
- ✓ “sinto mais dificuldade a perceber as aulas por computador”;
- ✓ “não sabia utilizar o gmail nem o classroom fiquei com imensos trabalhos e faltei a aulas por não perceber”

Duas jovens (5,6%) referem que o período escolar correu “mais ou menos”, uma jovem (2,8%) respondeu que foi “normal” e duas jovens (5,6%) não responderam à questão.

Com os questionários ficou-se também a saber que oito jovens (22,2%) assistiram aos programas de televisão dos anos correspondentes, sendo que algumas referem que sentiram dificuldades e outras conseguiram acompanhar as matérias lecionadas. Alguns exemplos são:

- ✓ “senti dificuldades”;
- ✓ “acompanhei algumas vezes e consegui perceber tudo”

Vinte jovens (55,6%) que tinham os programas para o seu ano não assistiram aos mesmos e seis jovens (16,7%) não assistiram por não haver alternativas digitais para o seu ano/curso. Duas jovens (5,6%) não responderam a esta questão.

Quando questionadas se preferiam as aulas em casa ou na escola, a maior parte optou pelas aulas na escola, afirmando que estando em casa eram mais sobrecarregadas com trabalhos, tendo assim semanas mais exaustivas, e estavam afastadas dos pares e professores, o que consideravam um ponto negativo. Dezasseis jovens (44,4%) deram, então, como resposta a preferência pelas aulas presenciais.

Alguns exemplos de respostas:

- ✓ “bué trabalhos”;
- ✓ “para ter convívio com os amigos”;
- ✓ “a interação do professor com o aluno (e vice-versa) não é a mesma coisa que na sala de aula”

Enquanto isso, onze jovens (30,6%) preferem as aulas em casa, dando como pontos positivos o convívio com as outras jovens da casa de acolhimento residencial e a maior ajuda nas aprendizagens. Alguns exemplos dados pelas jovens foram:

- ✓ “porque nos intervalos me integro melhor com as miúdas da instituição”;
- ✓ “tinha ajuda e era tudo mais fácil”;
- ✓ “concentro-me mais”

Ainda nesta questão, uma jovem (2,8%) refere querer uma mistura dos dois modos de ensino (“para mim o melhor era ter um ensino misto, ou seja, metade online, metade presencial”), duas jovens (5,6%) não responderam e seis jovens (16,7%) dizem gostar de ambos os modos de ensino, referindo que “ficar em casa permite descansar um pouco e (...) não acordar tão cedo, mas por outro lado preferia (...) estar na escola”.

Dezoito jovens (50%) informaram que receberam aprovação nas notas finais de período, enquanto duas (5,6%) referem que foram reprovadas, três jovens (8,3%) não responderam, onze jovens (30,6%) não entenderam a questão, pensando que era o período atual em que se deparam, e duas jovens (5,6%) encontravam-se em tipos de ensino diferentes (“estive a fazer ensino no hospital”).

Na visão dos adultos que trabalham com estas jovens, e de acordo com os dados recolhidos nos questionários aos trabalhadores (Anexo 2), há o reconhecimento do cumprimento, pela maioria, dos deveres escolares propostos via online, no entanto este período é dado como “difícil”, por haver uma readaptação ao que as jovens estavam habituadas. Quanto ao cumprimento dos deveres escolares os trabalhadores referem, então, que:

- ✓ “na sua maioria aderiram e cumpriram”;

- ✓ “bastante positivo, com um maior esforço por parte das mesmas em relação à escola”;
- ✓ “umas investiram mais e outras não”;
- ✓ “difícil, porém as jovens foram fazendo um esforço”.

Três trabalhadores (50%) notam que o cumprimento das atividades escolares difere de jovem para jovem, visto que algumas preferem o ensino presencial e outras o ensino à distância/online (“umas demonstram mais facilidade em cumprir online e outras sentem a necessidade de regressar ao presencial”), enquanto outros três trabalhadores (50%) afirmam que houve um maior cumprimento dos deveres escolares durante o período de confinamento, em que o modo de ensino era via online.

Para as aulas online foi necessário a utilização de computadores, pelo que os trabalhadores afirmam que no início foi um pouco complicado, no entanto foi disponibilizado, tanto pela instituição como pela escola das jovens, computadores de modo a estas conseguirem cumprir os deveres escolares. Assim sendo, é referido pelos trabalhadores:

- ✓ “a instituição teve que providenciar alguns e organizar horários para o uso dos mesmos”;
- ✓ “as escolas facultaram às jovens para as quais não tínhamos computadores disponíveis”.

1.5.2. - Conhecimento sobre a doença Covid 19 e a Pandemia: Estudo 1 Instituição de Acolhimento Residencial na Grande Lisboa

Questões a analisar:
Jovens:
4. O que sabes sobre o coronavírus e sobre a doença provocada por este vírus?
5. Sabes o significado da palavra pandemia? Se sim o que é para ti?
6. Achas que aprendeste alguma coisa com esta pandemia?

Tabela 3 - Questões dos guiões de entrevista (Anexo 3)

Com os dados recolhidos foi permitido perceber que apenas sete jovens (19,4%) referem não ter conhecimentos sobre o Covid-19, enquanto cinco (13,9%) não referem os seus conhecimentos (“muita coisa” “tudo” “o que me foi dito”) e vinte e quatro (66,7%) sabem e sabem referir o que sabem sobre a doença Covid-19, alguns exemplos dados pelas jovens foram:

- ✓ “doença transmissível e muito perigosa”;

- ✓ “descoberto em dezembro de 2019 na China que era muito infeccioso (...) e causar em alguns casos a morte”;
- ✓ “afeta toda as faixas etárias (...) transmitido por gotículas (...) os sintomas são tosse, falta de ar, febre, falta de paladar e olfato etc.”.

Quanto ao significado de pandemia, dez jovens referem não saber o significado (27,8%), três jovens não especificam (8,3%) (“mais ou menos”) e vinte e três jovens sabem o significado e conseguem explicar o que é para elas a pandemia (63,9%), alguns exemplos dados pelas jovens foram:

- ✓ “quando existe um vírus que poderá afetar o mundo”;
- ✓ “doença a nível preocupante em vários países”;
- ✓ “conjunto de pessoas que ficam infetadas”.

As jovens foram igualmente questionadas se tinham aprendido algo com a pandemia que vivenciaram, pelo que doze jovens (33,3%) referem não ter aprendido nada com a mesma, dez (27,8%) não especificam o que aprenderam (“não tenho interesse em partilhar”, “aprendi muito”) e catorze jovens (38,9%) referem que aprenderam diversas coisas na pandemia e explicaram, alguns exemplos dados foram:

- ✓ “valorizar mais as coisas que antes não valorizava”
- ✓ “aprendi a ter mais cuidado, deixar de partilhar (...) as garrafas de água, a desinfetar e lavar mais as mãos”
- ✓ “estar afastada das pessoas caso que eu tenha para não passar aos outros”

1.5.3. - Sentimentos, bem-estar e mudança de hábitos: Estudo 1 Instituição de

Acolhimento Residencial na Grande Lisboa

Questões a analisar:	
Jovens:	Trabalhadores:
7. Como te sentiste nos meses em que tiveste de ficar na instituição, sem sair? 8. Achaste necessário este confinamento? Porquê? 9. Do que sentiste mais falta, neste tempo em que tiveste confinada?	3. Ocorreram algumas alterações na instituição, com a pandemia do Covid-19? 3.1. Quais as medidas que foram implementadas no trabalho com as jovens? 3.2. Quais as medidas implementadas no seu trabalho?

	<p>4. Sente que as jovens respeitaram e cumpriram as novas regras implementadas na instituição? Se não, em que aspetos acha que não cumpriram?</p> <p>9. Durante a sua experiência de trabalho presumo que nunca presenciou uma situação como estas, como se sentiu durante este período de confinamento no estado de emergência?</p> <p>10. Qual sente que foi a sua maior dificuldade durante este período? E como enfrentou essa dificuldade?</p>
--	--

Tabela 4 - Questões dos guiões de entrevista (Anexo 2 e 3)

No período de confinamento houve alterações no funcionamento da casa de acolhimento em questão, sendo que é referido pelos trabalhadores algumas das medidas implementadas, tanto no trabalho com as jovens como nos seus trabalhos. Um trabalhador não se encontrava no período anterior à pandemia, pelo que não sabia o funcionamento da instituição anteriormente. As medidas implementadas pela casa de acolhimento residencial e apontadas pelos trabalhadores são, então:

- ✓ “medidas de segurança e higienização do local de trabalho”;
- ✓ “alteração nos horários de trabalho – teletrabalho/equipas espelho”;
- ✓ “cumprimento do distanciamento social”;
- ✓ “uso de máscara”;
- ✓ “cumprimento do plano de contingência”;
- ✓ “reorganização do espaço”;
- ✓ “criação de áreas de sujos”;
- ✓ “desinfecção de sapatos e roupas”;
- ✓ “refeição por turnos”;
- ✓ “alteração nos circuitos”;
- ✓ “trabalho de competências para a gestão do impacto da pandemia e treino para o cumprimento de regras”.

Cinco dos cuidadores destas jovens (83,3%) afirmam que as mesmas notaram o perigo que era esta pandemia, enquanto um dos cuidadores (16,7%) pensa o contrário (“dificuldades de compreender e diferenciar os motivos pelos quais tiveram de estar em

isolamento e/ou confinamento obrigatório”). Os trabalhadores que referem que as jovens notaram o perigo da pandemia, dão exemplos como:

- ✓ “*sensalizam*” e querem falar sobre o assunto”;
- ✓ “elas sabem os cuidados a ter e o perigo que poderá haver se não cumprirem”;
- ✓ “manifestam preocupação e cuidados e foram motivadas para ver e acompanhar noticiários”.

Os cuidadores referem ainda que as jovens tiveram algumas dificuldades no respeito de algumas regras, como o “distanciamento” e o “uso de máscara”, no entanto “cumprem na sua maioria” as normas e regras impostas aquando a pandemia.

A maioria das jovens desta casa de acolhimento residencial aquando o período de confinamento na instituição, referiram sentimentos negativos face a essa situação. Uma jovem (2,8%) não quis partilhar os seus sentimentos, oito jovens (22,2%) referiram indiferença ao período de confinamento na instituição, uma jovem (2,8%) revelou sentimentos positivos (“Por um lado é bom”), três jovens (8,3%) encontravam-se com os seus sentimentos divididos nesta questão (“fiquei bem, um pouco triste”, “bem e mal ao mesmo tempo”) e vinte e três jovens (63,9%) referem sentimentos negativos aquando o tempo de confinamento na instituição, alguns exemplos dados pelas jovens foram:

- ✓ “sem energia, sem paciência, não tenho motivação”;
- ✓ “senti que estava numa prisão (...) não poder sair à rua”;
- ✓ “senti-me sozinha e triste sem poder fazer a minha vida normalmente”;
- ✓ “muito em baixo”;
- ✓ “impaciente, irritada, apática”

Apesar da maioria das jovens relatarem sentimentos negativos aquando o período de confinamento na instituição quase todas (34 jovens = 94,4%) afirmam que acham que foi necessário este confinamento a que todas foram sujeitas, visto que “se não houvesse este confinamento o vírus continuava a espalhar-se” e foi “para evitar mais mortes e mais casos”. Uma jovem (2,8%) não respondeu a esta questão e outra (2,8%) não específica (“mais ou menos”).

Neste período de confinamento dezasseis jovens (44,4%) relatam ter sentido falta da família, dez (27,8%) de ir passear, sete (19,4%) referem a escola e os colegas de turma, cinco jovens (13,9%) afirmam ter sentido falta dos amigos, três jovens (8,3%) do carinho vindo das pessoas de quem mais gostam, duas jovens (5,6%) da liberdade que tinham anteriormente, uma jovem (2,8%) refere não ter sentido falta de nada e três jovens (8,3%) não responderam à questão.

Ainda quanto ao bem-estar das jovens institucionalizadas foi colocado às mesmas um questionário elaborado pela Ordem dos Psicólogos (2020), de modo a saber como as mesmas se sentiram no período em que se encontraram em confinamento na casa de acolhimento residencial (Anexo 4). Com este questionário, e fazendo a leitura através do documento que a Ordem dos Psicólogos liberou (Anexo 5), foi possível notar que oito jovens (22,2%) parecem ter lidado bem com a situação que foram obrigadas a passar, assinalando de uma a três questões, enquanto dezoito jovens (50%) mostram ter tido alguma dificuldade e ansiedade com a mesma situação, assinalando de quatro a oito questões. Oito jovens (22,2%) apresentam-se bastante ansiosas e preocupadas com a situação que foram obrigadas a passar, assinalando de nove às quinze questões colocadas. Uma jovem (2,8%) não assinalou nenhuma das questões e no fim colocou “sinto-me bem”, enquanto uma jovem (2,8%) assinalou todas as questões como “não sei”.

Quanto aos trabalhadores desta casa de acolhimento residencial, foi possível notar que quase todos (83,3%) se encontram cansados da exigência que a pandemia trouxe, no entanto mostram-se positivos e motivados para tempos melhores. Assim sendo, os mesmos deram respostas para o sentimento neste período de confinamento como:

- ✓ “cansada pela exigência do momento vivido”;
- ✓ “ansiosa, mas confiante e motivada”;
- ✓ “preocupada, mas serena dado a existência de um plano de contingência tão rigoroso tão rigoroso e os colegas cumprirem-no”;
- ✓ “cansada, mas essencialmente por as jovens também estarem. Esse facto exigiu mais dos adultos”.

Apenas um dos trabalhadores (16,7%) afirma que se sentiu normal neste confinamento, visto que o mesmo “apenas obrigou a uma readaptação dos horários de trabalho”.

Os trabalhadores dividem as dificuldades sentidas entre termos pessoais e em termos de trabalho, sendo que três dos trabalhadores apresentam que uma das maiores dificuldades foram em termos pessoais, em que houve a “privação de momentos de lazer com a família e saídas de casa”. Apresentam, também, como dificuldade o “manter a motivação e a confiança”. Para colmatar estas dificuldades os trabalhadores afirmam que se apoiaram nas videochamadas, para falarem e verem os familiares e amigos e para a motivação focaram-se “na capacidade de resiliência de toda a equipa”. Quanto ao trabalho, mostram dificuldades em execução de atividades para as jovens, pelo que ultrapassam isto com o desenvolvimento de “atividades em casa e marcar momentos de reunião via internet e de jogos virtuais”. A equipa educativa reforça como dificuldade

o tempo para organização de atividades e trabalho, visto que as jovens estavam sempre por perto (“fomos muito requisitadas em todo o tempo (por elas) e isso tornou-se exigente”).

1.5.4. - Relações com os outros: Estudo 1 Instituição de Acolhimento Residencial na Grande Lisboa

Questões a analisar:
Jovens:
10. Costumavas ir aos fins de semana ter com a tua família? Se sim, como lidaste com o facto de não veres a tua família durante este período?
11. Como é que o problema da pandemia afetou as tuas relações com os teus amigos e familiares?

Tabela 5 - Questões dos guiões de entrevista (Anexo 3)

As jovens foram questionadas das suas idas a casa pelo que quinze jovens (41,7%) referiram que iam a casa nos fins de semana, quinze jovens (41,7%) disseram que não iam a casa, uma jovem (2,8%) não vai a casa, mas tem a visita da família à instituição e duas jovens (5,6%) referem só ir a casa nas férias. Das jovens que afirmam ir a casa aos fins de semana, ou nas férias, cinco jovens referem que tiveram de se adaptar à situação do confinamento, duas jovens ficaram indiferentes a este afastamento da família, pois referem ser “para o nosso melhor”, sete jovens referiram que foi difícil e triste (“Senti-me mais sozinha”, “foi estranho não ter contacto físico”, “foi complicado estar fechada”).

Dezasseis das jovens questionadas consideram que a pandemia não afetou as suas relações com a família e/ou amigos, sendo que algumas destas jovens mencionaram as redes sociais e telemóveis como maneira de continuar em contacto com as pessoas que mais gostam. No entanto, apesar destas dezasseis jovens (44,4%) considerarem que para si não houve alterações nas relações, catorze jovens (38,9%) consideram que por causa da pandemia houve algumas alterações nas suas relações interpessoais, alguns exemplos que as jovens dão são:

- ✓ “afetou no que toca a estar com eles pessoalmente”;
- ✓ “Fiquei mais distante, só consigo falar com a minha família e com os meus amigos por videochamada e nem sempre podem me atender porque tem trabalho”;
- ✓ “Nós ficamos muito mais cansados uns dos outros por causa de todos os problemas da pandemia”;

- ✓ “Sinto as pessoas mais distantes”.

Ainda nesta questão, seis jovens (16,7%) não responderam.

CAPÍTULO 2. – ESTUDO 2

2.1. - METODOLOGIA E OBJETIVOS: ESTUDO 2 INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO RESIDENCIAL NO ALTO ALENTEJO

Este estudo teve assim como principal objetivo a compreensão das vivências, preocupações e sentimentos de jovens institucionalizadas, numa dada casa de acolhimento residencial do Alto Alentejo, aquando o período de confinamento gerado pelo vírus do Covid-19, e a identificação das alterações que ocorreram na Casa de acolhimento residencial para a segurança das mesmas e dos trabalhadores. Assim sendo, neste estudo será analisado o impacto que a pandemia teve no bem-estar, na segurança e na educação escolar na casa de acolhimento residencial localizada no Alto Alentejo.

2.2. – CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO E DOS PARTICIPANTES: ESTUDO 2 INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO RESIDENCIAL NO ALTO ALENTEJO

Esta casa de acolhimento pode albergar até trinta jovens do sexo feminino, no entanto, apesar de poder ter até trinta meninas, na altura do confinamento tinha dezoito jovens, mas dessas dezoito, quatro encontravam-se em fuga. Na altura em que foram feitas as entrevistas apenas se encontravam nove destas jovens na instituição, duas das quais apenas se encontravam a trabalhar, sem estudar, e duas não quiseram responder às questões. As restantes jovens saíram da instituição, quer por completarem os dezoito anos de idade ou pela mudança de instituição.

Ao contrário da instituição do estudo 1, esta casa de acolhimento tem tudo num só estabelecimento. Assim sendo, esta instituição está dividida em dois pisos, sendo que é no primeiro que se encontra uma cozinha, refeitório, duas salas de convívio, rouparia, lavandaria, sala de visitas, casa de banho e um espaço exterior, e no segundo piso se encontram os quartos e casas de banho.

Neste estudo participaram, então, cinco jovens do sexo feminino, que se encontram institucionalizadas numa determinada casa de acolhimento residencial do Alto Alentejo.

Segundo os dados recolhidos, as jovens que participaram neste estudo têm idades compreendidas entre os 14 e os 16 anos, em março de 2020, sendo que a média de idades é de 15 anos de idade. Foram, assim, recolhidas informações de duas jovens com 14 anos, uma jovem com 15 anos e duas jovens com 16 anos.

Participaram, também, neste estudo cinco profissionais, sendo que um dos profissionais pertence à equipa técnica e quatro à equipa educativa. Foram, então,

entrevistadas duas auxiliares de educação principal, uma há 21 anos a trabalhar na casa de acolhimento e outra há 19 anos; uma encarregada de serviços gerais a trabalhar há 21 anos na instituição; uma ajudante de ação educativa a trabalhar na casa de acolhimento há 5 anos e 8 meses; e a animadora sociocultural, a trabalhar na instituição há 4 anos.

Função na Casa de Acolhimento Residencial	Tempo de trabalho na Casa de Acolhimento Residencial
Auxiliar de Educação Principal	21 anos
Encarregada de Serviços Gerais	21 anos
Auxiliar de Educação Principal	19 anos
Ajudante da Ação Educativa	5 anos e 8 meses
Animadora Sociocultural	4 anos

Tabela 6 - Trabalhadores da Casa de Acolhimento Residencial (Estudo 2)

2.3. – INSTRUMENTOS: ESTUDO 2 INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO RESIDENCIAL NO ALTO ALENTEJO

De modo a conseguir recolher as informações necessárias para a concretização do objetivo principal foram elaborados dois guiões de entrevista (Anexo 2 e 3). Foi igualmente usado um questionário elaborado pela Ordem dos Psicólogos (Anexo 4). Elaborados os guiões e reunido o questionário, foram entrevistadas individualmente as jovens e trabalhadores, que se encontravam na instituição no período de confinamento referente à pandemia do Covid-19 (Anexo 10 e 11). Assim sendo, foi utilizado um método qualitativo. As entrevistas incluíram 15 perguntas feitas a cinco jovens e 12 perguntas feitas a cinco trabalhadores. Nestas entrevistas foram elaboradas questões de modo a saber as idades, escolaridade e ainda conhecimentos e sentimentos, ao longo do confinamento e restante pandemia, das jovens institucionalizadas. Foi, também, pedido às jovens da casa de acolhimento residencial para responderem a um questionário elaborado pela Ordem dos Psicólogos, de modo a saber como as jovens se sentiram no período em que estiveram em confinamento.

2.4. – PROCEDIMENTOS: ESTUDO 2 INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO RESIDENCIAL NO ALTO ALENTEJO

Para a elaboração deste estudo ser possível, foi feito um pedido oral e via email ao antigo diretor da casa de acolhimento e outro à nova diretora da casa de acolhimento

do Alto Alentejo (Anexo 1). Aquando a aprovação por parte das duas partes, foi elaborada uma reunião com a diretora, de modo a apresentar as questões que iriam ser colocadas às jovens e trabalhadores. Após essas questões serem aprovadas, foi iniciado o processo de entrevistas às jovens que se encontravam na instituição e aos funcionários. As respostas das jovens e dos funcionários foram gravadas e transcritas, de modo a ser possível efetuar com rigor e profundidade a análise de conteúdo às respostas dos participantes. As gravações após o devido uso foram apagadas, como prometido à casa de acolhimento em questão.

Neste processo foi utilizado o código de ética do Instituto Politécnico de Portalegre, regido pelos seguintes princípios:

- a) “Deve ser realizada de forma livre, com consentimento informado, embora sujeita aos condicionalismos deste código e da legislação em vigor, nomeadamente as que asseguram a proteção do ser humano”;
- b) “Qualquer decisão ou prática de investigação deve ser tomada ou levada a cabo com total respeito pela integridade da pessoa, pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais”;
- c) “Os interesses, bem-estar e dignidade do ser humano na investigação devem prevalecer sobre os simples interesses da ciência ou da sociedade, assim:”
 - I. “A investigação e a produção de conhecimento inovador não podem pôr em causa o melhor interesse dos sujeitos em estudo, devendo ficar salvaguardados os seus direitos, saúde e bem-estar”;
 - II. “A investigação deve ser conduzida unicamente por indivíduos com a formação e qualificação ética e científica adequadas.”

2.5. - NOTAS DE CAMPO: ESTUDO 2 INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO RESIDENCIAL NO ALTO ALENTEJO

Nesta casa de acolhimento residencial foram seguidas, desde cedo, as regras implementadas pela Direção Geral de Saúde (DGS), visto que foi logo no primeiro confinamento que houve um caso positivo à Covid-19. As jovens e os trabalhadores desta instituição viram, então, desde cedo os perigos deste vírus e os cuidados que deveriam tomar para a sua segurança e dos seus.

Nesta sequência, houve alterações no funcionamento da casa de acolhimento residencial. Na área das refeições, as jovens foram separadas, ficando apenas duas

meninas por mesa. Quando alguma jovem apresentava sintomas para a Covid-19, que não eram explicadas por algum outro fator, eram isoladas e testadas, bem como quando iam passar férias com os familiares, num período posterior, visto que numa primeira fase as jovens e trabalhadores tiveram de ficar isoladas na casa de acolhimento residencial. As jovens eram sempre alertadas para a importância da utilização de máscara, bem como para a higienização correta das mãos e dos espaços.

Durante o período de confinamento, como referido anteriormente, as jovens deixaram de poder sair à rua, durante aproximadamente seis meses, e quando começaram a sair eram acompanhadas pelos monitores. Apenas quando a doença Covid-19 ficou mais controlada na região, é que as meninas podiam sair sozinhas. Durante este período, as jovens contaram no verão com uma piscina no terraço da casa de acolhimento e atividades que iam desde o badminton ao basquetebol e futebol. As jovens contaram, também, com duas salas para atividades de interior, como visualização de filmes, danças e karaokes.

Quanto aos trabalhadores os mesmos também viram uma alteração na instituição. A equipa educativa foi dividida em equipas espelho e foi preferenciado o teletrabalho da equipa técnica. Ambas as equipas viram, na primeira fase de confinamento, e aquando o caso positivo à Covid-19, a necessidade de reduzir ao máximo as entradas e saídas da instituição pelo que as mesmas foram divididas em dois grupos que ficaram com as jovens em isolamento dentro da instituição, não podendo sair até o seguinte grupo os substituir. Para além destas alterações de horários, houve também uma alteração nas equipas, visto que houve o acrescento de cuidadores, ou seja, adquiriu o reforço da equipa educativa para dar face às necessidades da instituição.

Foram disponibilizadas às jovens e trabalhadores todos os equipamentos indispensáveis para os cuidados e prevenção do vírus, como máscaras, fatos de proteção, luvas, entre outros equipamentos de proteção individual (EPI).

Neste período de pandemia, as jovens foram sempre acompanhadas quer pela equipa educativa como equipa técnica, para que, de uma maneira segura, continuassem as suas vidas, com diversão, responsabilidade e cuidado. Foi igualmente neste período que a casa contou com a entrada de mais três jovens, que viram desde cedo os cuidados a ter na instituição, com a pandemia, bem como a entrada temporária de uma mãe e uma bebé e posteriormente um bebé de sete dias que foi acompanhado pela equipa e meninas até aproximadamente o seu primeiro ano de vida. Estas entradas obrigaram a um período de confinamento, de inicialmente 14 dias, nas áreas de isolamento, e um teste negativo à Covid-19.

2.6. - ANÁLISE DOS RESULTADOS: ESTUDO 2 INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO RESIDENCIAL NO ALTO ALENTEJO

2.6.1. - Escolaridade – Sentimentos e Período de Confinamento: Estudo 2 Instituição de Acolhimento Residencial no Alto Alentejo

A análise de conteúdo às primeiras questões e a análise do nível de escolaridade das jovens permitiu compreender o modo como foi vivida a escolaridade durante o confinamento.

Questões a analisar:	
Jovens:	Trabalhadores:
<p>2. Andas em que ano?</p> <p>3. Gostas da escola? Porquê?</p> <p>12. Como correu o restante período letivo, em que tiveste de ficar em casa a fazer as atividades propostas pela escola?</p> <p>13. Acompanhavas os programas de televisão do teu ano? Se sim, sentiste alguma dificuldade aquando acompanhavas esses programas, ou percebias tudo o que era explicado?</p> <p>14. Sentes que foi melhor para ti as aulas em casa ou ir para a escola ter aulas? Porquê?</p> <p>15. Por fim, como foram as tuas notas de final de período? Obtiveste aprovação nesse período?</p>	<p>5. Sente que as jovens notaram o perigo que era esta pandemia? Porquê?</p> <p>6. Como foi o cumprimento dos deveres escolares no tempo de confinamento a que as jovens se viram obrigadas a respeitar?</p> <p>7. Sente que houve um maior cumprimento das atividades escolares em tempo de confinamento ou quando as jovens iam às aulas presenciais?</p>

Tabela 7 - Questões dos guiões de entrevista (Anexo 2 e 3)

A partir da análise de conteúdo das respostas às questões da entrevista feita às jovens institucionalizadas na casa de acolhimento, situada no Alto Alentejo, foi possível perceber que três das jovens (60%) têm sentimentos negativos quanto à escola, dando como razões para tal o facto de “acordar cedo”, ser uma “perda de tempo” e por as cansar. Duas das jovens entrevistadas (40%) apresentam sentimentos positivos quanto à escola, pelo facto de terem no estabelecimento de ensino os amigos (“porque tenho amigos lá”), aprenderem mais (“porque tem história, português, matemática”) e por ser uma mais valia para os seus futuros (“ajuda a mim própria para o futuro”).

Comparando a idade das jovens com o seu atual nível de escolaridade e o nível de escolaridade esperado para a sua idade elaborou-se uma tabela (tabela nº 13), que se encontra no anexo 12, e que nos informa que apenas duas jovens (40%) se encontram na escolaridade esperada para a sua idade. A maioria das jovens (60%) está muito abaixo do nível de escolaridade esperado para a sua idade.

Durante a pandemia três jovens (60%) apontam que o restante período letivo correu bem, achando que o ensino a distância era mais fácil do que as aulas presenciais por terem apenas de fazer algumas fichas e testes online. Uma jovem (20%) não fez o restante período letivo por não comparecer às aulas. Outra das jovens (20%) afirma que o restante período letivo lhe correu mal, pois acabou com onze negativas.

Das cinco jovens apenas uma (20%) não tinha de acompanhar os programas televisivos escolares, por estar em turma PIEF (Programa Integrado de Educação e Formação). Uma jovem (20%) tinha de acompanhar o programa televisivo, no entanto não acompanhava, por já estar reprovada por faltas. Enquanto três jovens (60%) acompanhavam os programas televisivos dos seus anos correspondentes. Das três jovens que acompanhavam os programas escolares apenas duas acharam “fácil” e não sentiram dificuldades nas matérias lecionadas. Apenas uma das jovens sentiu “algumas dificuldades”, por não ter alguém a explicar, como nas aulas presenciais.

Quando questionadas se preferiam as aulas em casa ou na escola, três (60%) responderam preferir as aulas em casa, referindo como justificações exemplos como:

- ✓ “por causa de acordar cedo”;
- ✓ “melhor aprender aqui, tenho mais concentração”;
- ✓ “tinha cá a animadora e conseguia ver os professores (...) vinham cá trazer coisas”;
- ✓ “porque foi mais fácil”.

Duas jovens (40%) afirmam preferir as aulas presenciais, visto esforçarem-se mais na escola e “poder estar com amigos”.

Quanto ao final do período, duas das jovens (40%) reprovaram de ano, enquanto as restantes três jovens (60%) transitaram de ano.

Na visão dos adultos, as jovens na sua maioria cumpriram os deveres escolares no tempo de confinamento, no entanto todos os profissionais (100%) realçam que as jovens que “de alguma forma até cumpriram” as atividades propostas na escola, em casa também o faziam e as “não cumpridoras aqui também não cumpriram”. Assim sendo, “conseguir motivar as jovens para realizar os trabalhos solicitados nem sempre foi conseguido”.

Quanto ao maior cumprimento na escola ou em casa, as opiniões dos trabalhadores divergem, sendo que a maioria (60%) pensa que as jovens cumpriram mais os deveres escolares em casa, dando como respostas:

- ✓ “no confinamento”;
- ✓ “nós nas aulas não temos muita noção do que fazem ou não fazem, elas não têm hábitos de estudo. Aqui têm apoio ao estudo com uma professora, era mais visível que elas estavam sentadas ao computador a ter as aulas”;
- ✓ “sinto que houve um maior cumprimento dos deveres escolares no tempo de confinamento, nomeadamente ao nível da assiduidade”.

Apenas 20% apontou que pensa ter havido um maior cumprimento dos deveres escolares na escola (“depende muito das jovens, mas acho que nas aulas cumpriram mais”) e outros 20% apenas apontou que dependia das jovens e do facto se cumpriam antes os deveres escolares ou não (“é muito relativo, as que cumpriam, cumpriam tanto na escola como em casa”).

Para as aulas online eram necessários equipamentos tecnológicos para as jovens acompanharem as aulas, sendo que apesar de não haver computadores para todas foi algo que os trabalhadores (100%) não viram como um impedimento, visto que “tinham horas desencontradas e outras eram da mesma turma, a maioria (...) preferia o telemóvel, mas para aquelas que não tinham havia computador”. Assim sendo, as jovens “iam conciliando umas com as outras”, algumas utilizando “equipamento próprio e outras (...) equipamento cedido pelas escolas”.

2.6.2. - Conhecimentos sobre a Doença Covid 19 e a Pandemia: Estudo 2 Instituição de Acolhimento Residencial no Alto Alentejo

Questões a analisar:
Jovens:
4. O que sabes sobre o coronavírus e sobre a doença provocada por este vírus?
5. Sabes o significado da palavra pandemia? Se sim o que é para ti?
6. Achas que aprendeste alguma coisa com esta pandemia?

Tabela 8 - Questões dos guiões de entrevista (Anexo 3)

Quando questionadas sobre os seus conhecimentos quanto à doença Covid-19 uma jovem (20%) afirmou não saber especificar o seu significado, enquanto as restantes quatro jovens (80%) referem saber o que é a doença Covid-19:

- ✓ “doença que não tem cura”;
- ✓ “transmissível oralmente e via nasal”;

- ✓ “doença que se pode apanhar e contagiar”;
- ✓ “mau para quem tem asma”;
- ✓ “vírus que mata pessoas (...) cada vez mais perigoso”.

Quanto ao significado de pandemia, três jovens (60%) não sabem o seu significado enquanto as restantes duas jovens (40%) afirmam que para as mesmas a pandemia é:

- ✓ “o que está a acontecer, o vírus novamente a atacar toda a gente”;
- ✓ “o confinamento, tudo fechado”.

Quatro jovens (80%) afirmam ter aprendido algo com a pandemia, prendendo-se a cuidados a ter, enquanto uma jovem (20%) refere não ter aprendido mais. As jovens que dizem ter aprendido algo com a pandemia referem:

- ✓ “aprendi a valorizar mais as pessoas”;
- ✓ “temos de ter mais força e temos de estar todas unidas”;
- ✓ “aprendi que devo usar máscara ao pé do bebé”;
- ✓ “afastar certas pessoas tóxicas”;
- ✓ “hábitos de higienização que não tínhamos, mais cuidados e noção de mais coisas”.

2.6.3. - Sentimentos, bem-estar e mudança de hábitos: Estudo 2 Instituição de Acolhimento Residencial no Alto Alentejo

Questões a analisar:	
Jovens:	Trabalhadores:
<p>7. Como te sentiste nos meses em que tiveste de ficar na instituição, sem sair?</p> <p>8. Achaste necessário este confinamento? Porquê?</p> <p>9. Do que sentiste mais falta, neste tempo em que tiveste confinada?</p>	<p>3. Ocorreram algumas alterações na instituição, com a pandemia do Covid-19?</p> <p>3.1. Quais as medidas que foram implementadas no trabalho com as jovens?</p> <p>3.2. Quais as medidas implementadas no seu trabalho?</p> <p>4. Sente que as jovens respeitaram e cumpriram as novas regras implementadas na instituição? Se não, em que aspetos acha que não cumpriram?</p>

	<p>9. Durante a sua experiência de trabalho presumo que nunca presenciou uma situação como estas, como se sentiu durante este período de confinamento no estado de emergência?</p> <p>10. Qual sente que foi a sua maior dificuldade durante este período? E como enfrentou essa dificuldade?</p>
--	---

Tabela 9 - Questões dos guiões de entrevista (Anexo 2 e 3)

No período de confinamento houve alterações no funcionamento da casa de acolhimento em questão, que estão disponíveis no subcapítulo notas de campo. Os trabalhadores entrevistados apontam como alterações no seu trabalho e no trabalho com as jovens as seguintes:

- ✓ “mais precauções”;
- ✓ “uso de máscara”;
- ✓ “proteger mais”;
- ✓ “desinfecção dos espaços”;
- ✓ “novos hábitos”;
- ✓ “restrições nas saídas”;
- ✓ “privação da liberdade”;
- ✓ “flexibilizar algumas regras para manter o grupo de jovens coeso e calmo”;
- ✓ “praticaram-se horários contínuos com pernoita na instituição durante sete dias”;
- ✓ “trabalhar em espelho de forma a reduzir os contatos”.

A maioria dos adultos (60%) sente que as jovens não entenderam o perigo desta pandemia logo no início, mas que agora entendem o perigo da mesma, dando exemplos como:

- ✓ “ao princípio não, depois sim por causa das notícias e das mortes em Portugal”;
- ✓ “agora talvez, no início não tinham noção, porque continuavam a fugir a fazer asneiras”;
- ✓ “no princípio não, porque o perigo para elas é relativo. O perigo para um jovem é sempre relativo.”;

No entanto, apesar da maioria achar que as jovens não entenderam desde início o perigo desta pandemia, 40% dos trabalhadores pensa que as jovens “perceberam que era grave”, visto que “em certos momentos foi notório que sentiam a gravidade da situação, na medida em que aceitaram as orientações dadas pelos adultos”.

Os profissionais que trabalham na casa de acolhimento, na sua maioria (60%), pensam que as jovens “no geral respeitaram” as medidas implementadas pela instituição. Todavia, 40% pensa que as jovens respeitaram “muito pouco” ou nada, visto que “não podiam sair e fugiam”.

Estas alterações, em que as jovens tiveram de ficar dentro da instituição sem saírem, despertaram sentimentos negativos na maioria das jovens, sendo que quatro jovens referiram sentir-se mais irritadas e nervosas (80%), dando respostas como:

- ✓ “senti-me triste de estar fechada, queria ir para casa. Os monitores deram força e conselhos”;
- ✓ “ansiedade mais elevada, stressada, mais sentimental, mais irritada, encurralada, com medo da própria vida e dos meus”;
- ✓ “mais irritada”;
- ✓ “presa”.

Enquanto a maioria das jovens apresenta sentimentos negativos, uma jovem (20%) refere sentimentos positivos, dizendo que se sentia “ótima”, pois “não tinha escola” e por isso sentia-se mais livre.

Todas as jovens acharam necessário o confinamento a que o país e as mesmas foram sujeitas, justificando os seus pensamentos com respostas como:

- ✓ “proteger as pessoas e a nós”;
- ✓ “para não apanharmos a doença”;
- ✓ “se não tinha morrido mais gente e piorado”;
- ✓ “afastamento para não ser pior o contágio”.

Neste período de confinamento quatro jovens (80%) referem ter sentido falta da família (“senti falta da família, eles estavam muito longe e não podiam me ajudar”), três (60%) de sair à rua para passear (“compras e sair”), duas (20%) referem ter sentido falta dos amigos (40%) e uma da escola.

Foi igualmente colocado um questionário, elaborado pela Ordem dos Psicólogos (2020), para as jovens responderem. Este questionário tinha como objetivo a compreensão dos sentimentos das jovens institucionalizadas aquando o período de

confinamento na casa de acolhimento residencial (Anexo 4). Com este questionário, e fazendo a leitura através do documento que a Ordem dos Psicólogos disponibilizou (Anexo 5), foi possível notar que uma jovem (20%) parece ter lidado bem com a situação a que foi obrigada a passar, assinalando de uma a três questões das colocadas; uma outra jovem (20%) mostra ter tido alguma dificuldade e ansiedade com a mesma situação, assinalando de quatro a oito questões; enquanto três jovens (60%) apresentam-se bastante ansiosas e preocupadas com a situação a que foram obrigadas a vivenciar, assinalando de nove às quinze questões apresentadas.

A maioria dos trabalhadores (80%), durante este período de confinamento, tiveram sentimentos negativos à situação que se encontravam a viver, sentindo-se:

- ✓ “fechada, sem poder sair, sem ver a minha família e estar com eles”;
- ✓ “ansiosa e com medo”;
- ✓ “preocupada, estive em teletrabalho, o que não foi fácil quando as minhas funções requerem presença física. Vinha à instituição/rua resolver algum problema que surgisse porque as auxiliares não podiam sair”;
- ✓ “o início foi muito complicado, tivemos um caso positivo logo no início. Foi difícil quando recebi a notícia, porque havia a possibilidade de haver mais positivos e depois porque nós também tivemos de ficar confinados (...) durante sete dias, foi quando começamos a trabalhar em espelho”;
- ✓ “misto de sentimentos de medo e ansiedade e alguma aflição”

Contudo 20% não demonstrou sentimentos negativos quanto a este período de confinamento, dando como exemplo as colónias de férias, em que iam com as jovens, estando também afastadas das suas famílias sete dias (“nas colónias de férias também ficávamos sete dias, 24 horas, com as jovens, por isso não achei muito diferente”).

Quanto às maiores dificuldades sentidas pelos adultos, os mesmos apontam:

- ✓ “uso de máscara”;
- ✓ “conseguir acreditar que íamos ficar todos bem”;
- ✓ “estar longe da família, do meu filho de 5 anos, tentei ser mais positiva e pensar que ele estava com o pai e que as meninas precisavam de nós”;
- ✓ “desequipar e equipar os EPI’S (Equipamentos de Proteção Individual)”;
- ✓ “não estar presente e não poder ajudar no tempo que estivemos em teletrabalho, enfrentei estando sempre em contato e sempre disponível para resolver os problemas no exterior”.

2.6.4. - Relações com os outros: Estudo 2 Instituição de Acolhimento Residencial no Alto Alentejo

Questões a analisar:
Jovens:
10. Costumavas ir aos fins de semana ter com a tua família? Se sim, como lidaste com o facto de não veres a tua família durante este período?
11. Como é que o problema da pandemia afetou as tuas relações com os teus amigos e familiares?

Tabela 10 - Questões dos guiões de entrevista (Anexo 3)

As jovens institucionalizadas foram questionadas quanto às idas a casa pelo que duas jovens (40%) referiram que não costumavam passar o fim de semana com as famílias, enquanto as restantes três (60%) passavam os dias ou os fins de semana com as mesmas. As três jovens que passavam tempo com a família revelam terem-se sentido mal com a situação, de não estar com a mesma, como é possível observar através de algumas passagens que as jovens referiram:

- ✓ “fiquei muito irritada (...) a meio do confinamento tive de aceitar”;
- ✓ “muito mal, porque queria estar com a família”;
- ✓ “fiquei um bocado triste, mas com a ajuda da instituição consegui lembrar os momentos bons”.

Três das jovens entrevistadas (60%) consideram que a pandemia afetou as suas relações com os amigos e/ou família, enquanto duas (40%) consideram que não houve nenhuma alteração nestes relacionamentos. As jovens que referem ter havido alterações nas suas relações com os outros dão exemplos como:

- ✓ “deu para ver os verdadeiros e os falsos (...) foi um bom abre olhos”;
- ✓ “fiquei mais fria com as pessoas (...) nem toda a gente é amiga”;
- ✓ “fiquei mais próxima de amigas”.

CAPÍTULO 3 - COMPARAÇÃO DOS RESULTADOS DAS DUAS INSTITUIÇÕES

Apesar da grande diferença entre o número de adolescentes das duas casas de acolhimento que participaram nos estudos e da diferença no modo de recolha de dados (questionário aberto no estudo 1 e entrevista no estudo 2), foi possível efetuar algumas comparações entre as duas casas de acolhimento a partir da comparação das respostas dadas pelas jovens das duas instituições.

De acordo com os dados apresentados, foi possível observar algumas diferenças entre os sentimentos e opiniões das jovens das duas casas de acolhimento residencial.

Assim sendo, podemos observar que, diferentemente da casa de acolhimento residencial da Grande Lisboa em que as meninas apresentam na sua maioria sentimentos positivos quanto à escola (66,7%), as jovens da instituição do Alto Alentejo apresentam na sua maioria sentimentos negativos quanto à escola (60%).

Quanto ao período letivo em que se encontravam, em ambas as casas de acolhimento as jovens, um pouco mais de metade consideraram que correu bem, do qual na instituição de Lisboa 66,7% apresenta esse resultado e na casa de acolhimento do Alto Alentejo 60%.

Em termos dos programas televisivos disponíveis para as jovens durante o período de confinamento, foi possível notar que na instituição da Grande Lisboa a maioria não assistiu aos mesmos (55,6%), enquanto na do Alto Alentejo a maioria das jovens acompanhava os programas (60%).

Também quanto à preferência entre ter o ensino presencial ou à distância, mas com apoio de uma professora na casa de acolhimento, houve diferença nos resultados das duas casas de acolhimento, sendo que mais jovens na instituição da Grande Lisboa preferiam o ensino presencial (44,4%) e a maioria das jovens da instituição do Alto Alentejo deram preferência ao ensino a distância, ou seja, na casa de acolhimento (60%). Nesta questão, em ambas as instituições as meninas invocam aspetos positivos e negativos nas razões pela qual preferiram o ensino em casa ou na escola. Assim sendo, na casa de acolhimento da Grande Lisboa as jovens escolhem mais o ensino presencial, visto que podem ter contacto com os amigos (“convívio”), têm uma maior ajuda e explicação por parte dos professores e devido às aulas em casa serem demasiado sobrecarregadas com trabalhos. Enquanto isso, as jovens da casa de acolhimento do Alto Alentejo preferem, na sua maioria, as aulas em casa, pelo facto de apontarem ser “mais fácil” o ano letivo, terem mais concentração no que lhes é lecionado e porque no ensino presencial têm de acordar mais cedo para as aulas.

Foi igualmente possível observar que em ambas as instituições, pouco mais de metade das jovens transitaram de ano, sendo que na casa de acolhimento da Grande

Lisboa foram 50% das jovens e na do Alto Alentejo foram 60% das jovens. Na casa de acolhimento residencial do Alto Alentejo encontrava-se um número menor de adolescentes comparativamente à casa de acolhimento residencial da Grande Lisboa, o que provavelmente terá permitido um acompanhamento, por parte dos adultos da casa de acolhimento, mais próximo, que pode ter facilitado a escolarização.

No que toca à doença Covid-19 e à pandemia, em ambas a casa de acolhimento a maioria das jovens sabe e especifica o que entende por esta doença. Assim, na Casa da Grande Lisboa 66,7% das meninas sabem e no Alto Alentejo 80%. No entanto, no que toca à pandemia, a maioria das jovens da instituição da Grande Lisboa sabe o que significa e designa o que significa para as mesmas (63,9%), enquanto a maioria das jovens do Alto Alentejo afirma não saber / não saber especificar (60%).

Nas duas casas de acolhimento residenciais é mais apontado que aprenderam alguma coisa com a pandemia, sendo que na do Alto Alentejo foi a maioria (80%) e na Grande Lisboa apenas o mais apontado (38,9%). É possível notar que em ambas as instituições são dados como aprendidos, nesta pandemia, os mesmos valores. Assim sendo, as jovens dizem ter aprendido a ter mais cuidados de higienização, a valorizar mais o que têm e as pessoas que merecem valorização, a união em tempos difíceis e o afastamento de pessoas consideradas tóxicas para as mesmas.

No período de confinamento é notório que os sentimentos das jovens das duas instituições são negativos, sendo que na casa de acolhimento da Grande Lisboa 63,9% das jovens apontam este sentimento e na do Alto Alentejo 80%. Apesar destes sentimentos negativos ligados ao período de confinamento, a grande maioria das jovens (Grande Lisboa – 94,4% / Alto Alentejo – 100%) achou necessário para o número de casos não aumentar e se sentirem mais seguras. Exemplos destes sentimentos negativos foram o sentirem-se presas, sem poder estar com as suas famílias e/ou amigos, e com medo do desconhecido.

As respostas ao questionário disponibilizado pela Ordem dos Psicólogos revelaram que a maioria das jovens não lidou muito bem com o confinamento, sendo que na instituição da Grande Lisboa a maioria das meninas teve algumas dificuldades e bastante ansiedade neste período (50%) e na instituição do Alto Alentejo a maioria teve muitas dificuldades e ansiedade (60%).

Durante o confinamento, que se viram obrigadas a passar, as jovens testemunharam sobre o que sentiram mais falta neste período, e de acordo com os dados recolhidos sentiram mais falta da família (Grande Lisboa – 44,4% / Alto Alentejo – 80%) e seguidamente de passear (Grande Lisboa – 27,8% / Alto Alentejo – 60%), nas duas instituições.

De modo a notar as relações com os outros e com as famílias, foi questionado se as jovens passavam os fins de semana com as famílias, pelo que no Alto Alentejo a grande maioria ia a casa aos fins de semana (60%). Na instituição da Grande Lisboa 41,7% ia a casa aos fins de semana e 2,8% tinha a família a visitá-las na casa de acolhimento, no entanto 41,7% das jovens não iam passar o fim de semana a casa e 5,8% apenas iam a casa nas férias.

Assim sendo, houve uma diferença de respostas no que toca às relações com os familiares e pares, pelo que na casa de acolhimento da Grande Lisboa as jovens apontam que a pandemia não afetou as suas relações (44,4%) e na do Alto Alentejo a maioria afirma que a pandemia afetou as mesmas (60%), sendo que ficaram mais próximas ou afastadas dos seus grupos.

No que toca às respostas dadas pelos profissionais de ambas as instituições podemos observar que os adultos entrevistados no estudo 2 (Alto Alentejo) estão há mais tempo a trabalhar na instituição do que os entrevistados no estudo 1. A maioria das respostas dadas pelos profissionais nas duas instituições são praticamente as mesmas ou chegam ao mesmo resultado, divergindo, no entanto, em algumas perguntas. Posto isto, é nos possível observar que, em ambas as casas de acolhimento residencial, os adultos pensam que a maioria das jovens cumpriram os deveres escolares propostos, mas de forma condicionada ao facto de já ser ou não habitual, isto é, se os cumpriam antes do confinamento ou não. Contudo, enquanto no estudo 1 há uma divisão dos trabalhadores entre as jovens cumprirem mais os deveres escolares no ensino preferencial ou à distância, no estudo 2 os trabalhadores, na sua maioria, pensam que as jovens cumpriram mais no ensino à distância. Quanto à questão se havia computadores para todas as jovens assistirem às aulas, é possível notar que em ambas as instituições havia falta de computadores disponíveis para as jovens, mas foram mobilizados aqueles que existiam e os que a escola forneceu, para permitir que todas tivessem acesso ao ensino a distância.

Em termos das medidas implementadas nas duas casas de acolhimento residenciais, ambas implementaram as medidas emanadas pela Direção Geral de Saúde.

Enquanto no estudo 1 os profissionais apontam que as jovens compreenderam o perigo que era esta pandemia, no estudo 2 os profissionais apontam que as jovens ao início não notaram o perigo da mesma. No entanto, em ambas as instituições os adultos apontam, na sua maioria, o respeito por parte das jovens nas medidas implementadas nas casas.

Concluindo, nas respostas dos adultos foi possível notar uma igualdade, no que respeita à identificação das maiores dificuldades passadas pelos mesmos, dividindo-se

em ambas as instituições em dificuldades pessoais e/ou no trabalho. Os trabalhadores apontam, então, na sua maioria, sentimentos negativos quanto a este período que se viram obrigados a enfrentar, mas sempre a pensar em melhores tempos para eles próprios, familiares, amigos e jovens a quem dedicam a maior parte dos seus tempos.

De futuro deverá ser repensado o isolamento das jovens que entram nas casas de acolhimento, dada a disponibilidade da testagem. Se testarem negativo poderão não ficar isoladas, dado o impacto do confinamento na saúde mental e bem-estar das jovens. Outro aspeto a repensar é a educação e escolarização destas jovens. Como ficou evidente neste estudo e de modo coerente com os dados do relatório CASA (2020), a maioria tem dificuldades de aprendizagem, seja com o ensino presencial, seja com o ensino a distância. De modo que deverão ser equacionados métodos de apoio mais personalizados e dirigidos às dificuldades escolares de cada jovem. O número de jovens que se encontrava no nível escolar previsto para a sua idade era muito baixo nas duas instituições, à semelhança do que estudos anteriores revelaram (Catela & Martins, 2018), e o insucesso escolar foi elevado no ano letivo em análise.

CONCLUSÃO E DISCUSSÃO

Com este estudo, foi possível notar que todo o caso é um caso e que cada instituição gere de forma diferente as jovens que alberga, que por sua vez também são todas muito diferentes e reagem de formas muito diferentes às situações que passam.

Assim sendo, e resumindo os resultados acima apresentados, a escola é vista de maneiras diferentes pelas jovens, que apresentam, na sua maioria, sentimentos negativos na casa de acolhimento do Alto Alentejo e positivos na da Grande Lisboa. Mesmo com esta divergência de sentimentos, a maioria das jovens transitaram de ano em ambas as instituições. O ensino elegido como preferencial é o presencial pelas jovens da Grande Lisboa e à distância pelas jovens do Alto Alentejo. Posto isto, as que escolhem o ensino presencial dão mais valor à sua parte social e as que escolhem o ensino doméstico dão mais valor ao sossego e conforto das suas casas.

Esta pandemia trouxe para ambas as instituições novas aprendizagens, como a maior valorização dos cuidados de higiene, das pessoas que delas querem saber, como é exemplo dos cuidadores, alguns familiares e amigos/colegas, e, assim, a união com estas pessoas valorizadas e, segundo palavras das próprias, o afastamento das pessoas consideradas tóxicas. Apesar deste confinamento ser, por as jovens, considerado necessário, revelou também deixar as mesmas com sentimentos negativos, de prisão e afastamento da família, pares e do mundo. Com isto, e para comprovar estes sentimentos negativos, é notório, através do questionário da Ordem dos Psicólogos (Anexo 4), que as jovens lidaram mal com este confinamento, sendo que no Alto Alentejo as jovens apresentaram mais dificuldades e ânsias que as da Grande Lisboa, que apenas apresentaram algumas dificuldades e ansiedade. Conseguiu-se, portanto, captar que a maioria das jovens não lidou bem com a situação da pandemia e com o confinamento que se viram obrigadas a fazer, afastadas das suas famílias e amigos. Segundo Conselho Nacional de Educação (2021), e como foi possível observar através dos resultados deste estudo: “Assinala-se um aumento expressivo de níveis de ansiedade e de alterações de humor das crianças e dos jovens portugueses durante o confinamento.”

Pode-se concluir que para este estudo, uma metodologia qualitativa, através de questionários, de recolha de dados é menos eficaz do que uma metodologia qualitativa, através de entrevistas, visto que foi através das entrevistas que se conseguiu uma maior recolha de dados e sentimentos das jovens. Para esta metodologia resultar é também necessário criar uma empatia e ligação com as entrevistadas, de modo a estas sentirem-se mais seguras e livres para falarem o que sentem. Através dos questionários não se

conseguiu que as jovens falassem muito dos seus sentimentos e permitiu que as mesmas deixassem muitas perguntas sem resposta.

Comparativamente com os dados do Relatório CASA (2020), é possível observar que também nestas duas casas de acolhimento vemos um maior número de jovens em ensinos regulares e que obtiveram aprovação para o próximo ano letivo.

Tal como é apresentado na investigação de Catela e Martins (2016), apenas um terço das jovens destas casas de acolhimento se encontravam no nível esperado de escolaridade, ou seja, a maioria das jovens está aquém do nível esperado, tal como acontece nas duas casas de acolhimento em estudo.

O ensino à distância é visto por algumas jovens, de ambas as instituições, como mais difícil, pelo facto de terem dificuldades no uso dos aparelhos eletrónicos, isto deve-se pelo acesso a computadores, telemóveis e internet estar limitado, isto é, algumas jovens não têm aparelhos eletrónicos seus, pelo que usam os das casas de acolhimento, que se encontram limitados à quantidade de jovens e, assim, consequentemente, ao tempo de uso dos mesmos. Martins e Correia (2020), apresentam, igualmente, esta situação da limitação de telemóveis, internet e computadores nas diversas casas de acolhimento do seu estudo. Esta dificuldade e limitação ao acesso dos aparelhos eletrónicos é visto pelo Conselho Nacional de Educação (2021) como desfavorável às jovens aquando a frequência do ensino à distância, pelo que as escolas colmataram essa dificuldade com a disponibilização de alguns dispositivos eletrónicos para as mesmas.

A vida de uma jovem institucionalizada é, sem dúvida, um processo difícil, que leva ao afastamento da família, que é visto pelas jovens como o seu porto seguro. Este afastamento acaba, na maioria das vezes, por causar todo um processo de mudança na vida da jovem, quer a nível social, cognitivo e/ou comportamental (Moreira, 2019). Este processo e sentimento de falta do seu ambiente familiar, é também possível notar neste estudo, em que a maioria das jovens, em ambas as casas de acolhimento, referem que sentiram mais falta da família, que as ia visitar à instituição, em que as mesmas iam passar os fins de semana ou até mesmo as férias, e viram isso cancelado, devido à pandemia.

Com isto, é sempre importante lembrar que cada caso é um caso e todas estas jovens não são exceção. Cada uma com a sua história, as suas lutas, as suas demonstrações de afeto e com as suas maneiras de reagir às situações do dia-a-dia.

Algo importante de também referenciar, é que as medidas implementadas nas casas de acolhimento foram, inicialmente, demasiado exigentes e no futuro talvez apenas um teste negativo seja suficiente, ao invés do isolamento imediato. O não isolamento imediato ajudaria estas crianças e jovens retiradas às famílias a serem desde logo recebidas pelas outras jovens e integradas na casa de acolhimento.

As casas de acolhimento devem ainda diligenciar para que exista nas suas instalações uma sala com equipamento informático que permita às e aos utentes pesquisar e realizar os trabalhos escolares, uma vez que antes do período de confinamento, estas crianças não dispunham de equipamento informático na maioria das instituições onde residem (Martins & Correia, 2020).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Albuquerque, C. P., Santos, C. C., & Almeida, H. N. (2015). Intervenção sociojurídica com crianças em perigo em Portugal: Eixos de um sistema multifacetado. *Serviço Social e Saúde*, 13(2), 225–244. <https://doi.org/10.20396/sss.v13i2.8634902>

Amaral, I & Martins, P. (2010). Os problemas de comportamento das crianças nos centros de acolhimento temporário: Um contributo para a compreensão da realidade portuguesa. In *Crianças em Risco e Perigo: Contextos, Investigação e Intervenção Vol.4* (pp. 49-75)

Batista, C. (2014). *Olhares sobre os (Des)afetos: A Perspetiva dos Profissionais sobre a Institucionalização de Crianças e Jovens* (Tese de Mestrado). <http://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/9203>

BBC (2020). *Coronavírus: o mapa que mostra o alcance mundial da doença*. <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-51718755>

Calheiros, M. M. (2006). *A construção social do mau trato e negligência parental: do senso comum ao conhecimento científico*. F.C. Gulbenkian

Campos, L., Lins, T. (2020). Pandemia à Portuguesa: Um Relato sobre o Covid-19 em Portugal. *Revista Brasileira de Geografia Econômica*, 17, pp. 1-12

Candeias, M., & Henriques, H. (2012, dezembro). *1911/2011: Um século de Proteção de Crianças e Jovens*. Trabalho apresentado no II Seminário de I&DT. <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/4156>

Catela, J., & Martins, M. J. D. (2018). A escola vista pelas crianças e jovens em acolhimento residencial (pp. 52-66). In J. E Alves et al. (Orgs). *Atas do V Seminário I & DT do Instituto Politécnico de Portalegre*. Portalegre. http://c3i.ipportalegre.pt/uploads/Atas_V_Seminario.pdf

Claes, M. (2007). *O Universo Social dos Adolescentes*. Lisboa: Instituto Piaget.

Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (2020, 7 dezembro). *Conceito de Risco / Conceito de Perigo*. <https://www.cnpdpdj.gov.pt/como-pedir-ajuda>

Conselho Nacional de Educação (2021). *Educação em Tempos de Pandemia: Problemas, respostas e desafios das escolas*. <https://www.cnedu.pt/pt/noticias/cne/1673-educacao-em-tempo-de-pandemia-problemas-respostas-e-desafios-das-escolas>

Conselho Nacional de Educação (2021). *Efeitos da pandemia Covid-19 na Educação: Desigualdades e medidas de equidade*. [https://www.cnedu.pt/content/noticias/estudos/Estudo AssembleiaRepublica-Efeitos da pandemia COVID-19.pdf](https://www.cnedu.pt/content/noticias/estudos/Estudo_AssembleiaRepublica-Efeitos_da_pandemia_COVID-19.pdf)

Decreto Lei no 2-A/2020 de 20 de março da Presidência do Conselho de Ministros. Sobre o Estado de Emergência. Diário da República: I série, No 57 (2020). <https://dre.pt/home/-/dre/130473161/details/maximized>

Delgado, P., & Gersão, E. (2018). O acolhimento de crianças e jovens no novo quadro legal. Novos discursos, novas práticas? *Análise Social*, 53(226), 112–134. <https://doi.org/10.31447/as00032573.2018226.05>

Direção-Geral da Saúde (2020). *Guias para Instituições*. <https://covid19.min-saude.pt/guias-para-instituicoes/>

Direção-Geral da Saúde (2020). *Plano Nacional de Preparação e Resposta à Doença por novo coronavírus (COVID-19)*. <https://www.dgs.pt/documentos-e-publicacoes/plano-nacional-de-preparacao-e-resposta-para-a-doenca-por-novo-coronavirus-covid-19-pdf.aspx>

Direção-Geral da Saúde (2020). *Orientação 009/2020*. https://covid19.min-saude.pt/wp-content/uploads/2021/11/Orientacao_009_2020_act_02_11_2021.pdf

Farromba, M. (2013). *Relações de Vinculação e Sucesso Escolar em Jovens Institucionalizados – Um Desafio aos seus Cuidadores*, Dissertação de Mestrado, Instituto Politécnico de Castelo Branco (Mestrado em Intervenção Social Escolar), Castelo Branco.

Gomes, I. (2010). *Acreditar no Futuro*. Alfragide: Texto Sociedade. https://books.google.pt/books?hl=pt-PT&lr=&id=dKsjllbp9cUC&oi=fnd&pg=PA11&dq=Isabel+Gomes+Acreditar&ots=IkGASlmasO&sig=aHdDNBwTpA3e_mqierlI27iHMDU&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false

Instituto da Segurança Social (2020). *CASA 2019 – Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens*. <https://www.seg-social.pt/documents/10152/13200/Relat%C3%B3rio+CASA+2019/0bf7ca2b-d8a9-44d2-bff7-df1f111dc7ee>

Instituto da Segurança Social (2010). *Recomendações Técnicas para equipamentos sociais – Lares de Infância e Juventude*. http://www.seg-social.pt/documents/10152/89989/rtes_lar_infancia_juventude/7ab3f70e-9604-44d9-93b0-70c82c1c56fa

Instituto Politécnico de Portalegre (2017). *Código de Ética*. https://www.ipportalegre.pt/media/filer_public/de/10/de10829a-a058-4ee1-b1e3-7699f566b744/codigo_de_etica_2017_rev1.pdf

Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo. Lei nº 147/99 de 1 de setembro com as atualizações da Lei nº 31/2003 de 22 de agosto; Lei nº 142/2015 de 8 de setembro; Lei nº 23/2017 de 23 de maio; Lei nº 26/2018 de 5 de julho, publicada em Diário da República nº 204/1999.

Lima, R. (2020). Distanciamento e isolamento sociais pela: Covid-19 no Brasil: impactos na saúde mental. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 30(2), 1.

Macedo, D., Silva, P., & Banhudo, S. (2020). *CASA 2019: Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens*. Lisboa: Instituto da Segurança Social. <http://www.seg-social.pt/documents/10152/17405298/Relat%C3%B3rio%20CASA%202019/0bf7ca2b-d8a9-44d2bff7df1f111dc7ee?fbclid=IwAR11ra0bMJNQhMywMVbNaKv1mfV0qQYeR1bNCtv3BsrnLQocq-gsa5ltABM>

Mackenzie, D. (2020). *Covid-19: A pandemia que nunca devia ter acontecido e como impedir a próxima*. Editorial Presença.

Magalhães, T. (2002) *Maus Tratos em Crianças e Jovens: Guia prático para profissionais*. Quarteto.

Martins, M. J. D., & Correia, A. (2020). Bullying, cyberbullying and risks associated with digital technologies: perspectives of adolescents and family. In L.G. Chova, A. L. Martinez, I. C. Torres, IATED Academy. *Proceedings of ICERI2020Conference* (pp. 8233- 8239). (Indexed to Web of Science) <https://iated.org/iceri/publications>

Martins, M. J. D. & Figueira, A. C. (2015). Crianças em situação de risco social - A perceção dos docentes. In L. Mata, M. A. Martins, V. Monteiro, J. Morgado, F. Peixoto, A. C. Silva, & J.C. Silva. (Eds). *Diversidade e Educação: Perspetivas Atuais*. E book (pp. 38-53). ISBN 978-989-8384-33-1 http://eventos.ispa.pt/xiiicoloquiopsicologiaeeducacao/files/2016/01/eBook_XIII_Coloquio_Internacional_Psicologia_e_Educacao_Junho2015.pdf

Matos, P. & Costa, M. (1996). Vinculação e Processos Desenvolvimentais nos Jovens e Adultos, *Cadernos de Consulta Psicológica*, p.45-54 no.12.

Mesquita, G. (jan-jun de 2011). O Aqui-e-Agora na Gestalt-Terapia: Um Diálogo com a Sociologia na Contemporaneidade. *Revista da Abordagem Gestáltica XVII*, 1, pp. 59-67.

Moreira, J. (2019). *Narrativas de Adolescentes Institucionalizadas: Percepções e Vivências Sobre a Institucionalização* (Tese de Mestrado). <https://repositorio.utad.pt/handle/10348/9435>

Organização Mundial de Saúde (WHO) (2006). *Preventing child maltreatment. A guide* http://whqlibdoc.who.int/publications/2006/9241594365_eng.pdf

Palma, T. (2020). *Coronavírus: Assintomático, comorbidades ou zaragatoa. Glossário para entender a Covid-19*. <https://rr.sapo.pt/2020/04/06/pais/assintomatico-comorbidades-ou-zaragatoa-glossario-para-entender-a-covid-19/especial/188142/>

Patrício, J. & Calheiros, M. (2011). Construção e Validação de um Instrumento de Avaliação de Necessidades de Jovens em Acolhimento Residencial. In M Calheiros (Org.). *Crianças e Jovens em Risco e Perigo: Contextos, Investigação e Intervenção Vol.1* (pp. 127-163)

Pereira, I. (2017). *Os Maus-Tratos na Infância e os Efeitos no Desenvolvimento: Estudo Comparativo entre Crianças Com e Sem Registo de Maus-Tratos* (Tese de Mestrado). <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/108430>

Petters, L., Raitz, T. (2008, setembro-dezembro). Novos Desafios Dos Jovens na Atualidade: Trabalho, Educação e Família. *Psicologia e Sociedade*, 20 (3ª série), pp.408-416.

Presidência do Conselho de Ministros (2019). Decreto-Lei nº 164/2019 de 25 de outubro.

Reis Miliauskas, C., & Porto Faus, D. (2020). Saúde mental de adolescentes em tempos de Covid-19: desafios e possibilidades de enfrentamento. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 30(4), 1. <https://www.scielo.org/article/physis/2020.v30n4/e300402/>

Rodrigues, S. (2016). *A transição para a vida ativa dos jovens institucionalizados em Casas de Acolhimento – Percursos de inserção*, Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa (Mestrado em Política Social), Lisboa.

Serviço Nacional de Saúde. *Temas da Saúde: Covid-19*. <https://www.sns24.gov.pt/tema/doencas-infecciosas/covid-19/>

SIC Notícias. Coronavírus: *O que distingue uma epidemia de uma pandemia?*. <https://sicnoticias.pt/especiais/coronavirus/2020-03-11-O-que-distingue-uma-epidemia-de-uma-pandemia->

Silva, D., Santos, I., Silva, J., Santos, M. & Nascimento, Y. (2020). Sentimentos dos profissionais de enfermagem na saúde mental: revisão para auxiliar assistência pós novo coronavírus. São Paulo: *Rev Recien*. 2020; 10(31):142-154.

Silva, N. F. F. (2014). Teoria da vinculação. <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/73037/2/29056.pdf>

UNICEF (2004). *A Convenção sobre os Direitos da Criança*. <https://www.unicef.pt/actualidade/publicacoes/0-a-convencao-sobre-os-direitos-da-crianca/>

Tuñas, I. T. D. C., Silva, E. T. D., Santiago, S. B. S., Maia, K. D., & Silva-Júnior, G. O. (2020). Doença pelo Coronavírus 2019 (COVID-19): Uma abordagem preventiva para Odontologia. *Rev. bras. odontol*, 1-6.

ANEXOS

Anexo 1 - Pedido de recolha de dados



Exmo. [Redacted]

No âmbito da dissertação de mestrado "Educação e Proteção de Crianças e Jovens em Risco" a realizar na Escola Superior de Educação e Ciências Sociais de Portalegre sob a supervisão da professora Maria José Martins, venho solicitar a sua colaboração no sentido de autorizar as jovens da casa de acolhimento Nossa Senhora da Conceição, bem como técnicos e auxiliares da ação educativa, neste estudo. O tema desta dissertação prender-se-á com a análise do impacto do período de confinamento, devido à situação de pandemia, no primeiro semestre de 2020. A análise incidirá em particular na análise dos efeitos desta situação excecional no bem-estar e na escolaridade das crianças e jovens que residem na casa de acolhimento, tal como nas rotinas diárias das mesmas.

Para recolha das informações necessárias para análise serão elaboradas entrevistas, com base num guião, às utentes e profissionais da casa de acolhimento [Redacted]. A participação dos trabalhadores e crianças e jovens neste estudo é voluntária, podendo os mesmos desistir a qualquer momento. Todos os dados recolhidos serão confidenciais, sendo utilizados nomes fictícios.

Agradeço a sua colaboração,

Rita Abreu



Anexo 2 - Guião de entrevista aos trabalhadores das Casas de Acolhimento

<u>Questões</u>	<u>Objetivos</u>
<p>Bom dia/Boa tarde, o meu nome é Rita, estou a fazer a minha tese de mestrado na ESECS sobre o tema de como os/as jovens em acolhimento institucional/residencial viveram e se adaptaram ao período de confinamento, e gostaria que me ajudasse respondendo às questões que vou colocar sobre o tempo em que as jovens estiveram em confinamento na instituição. A sua participação é voluntária e só responde às perguntas que quiser. O seu nome não será divulgado em nenhuma situação, vou substituir os nomes e o da instituição por um código, para garantir a confidencialidade dos dados obtidos. O meu trabalho tem como objetivo analisar como os jovens e os profissionais de duas instituições de acolhimento residencial reagiram a esta pandemia. Para conseguir alcançar esse objetivo vou precisar da sua colaboração no sentido de responder a um conjunto de questões. No final pode dar sugestões sobre o que gostaria de ver melhorado na instituição e na escola para fazer face à situação que atualmente vivemos. Posso contar com a sua participação?</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Legitimação da entrevista ✓ Dar a conhecer a entrevistadora ✓ Explicar os objetivos da entrevista ✓ Obter o consentimento dos trabalhadores da Casa de Acolhimento
<p>1. Qual a sua função na instituição?</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Conhecer o trabalhador que está a ser entrevistado
<p>2. Há quanto tempo trabalha na instituição?</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Obter um elemento de distinção dos outros trabalhadores

<p>3. Ocorreram algumas alterações na instituição, com a pandemia do Covid-19?</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Entender se houve alterações no modo de funcionamento da instituição ✓ Conhecer as medidas implementadas pela instituição neste período
<p>3.1. Quais as medidas que foram implementadas no trabalho com as jovens?</p>	
<p>3.2. Quais as medidas implementadas no seu trabalho?</p>	
<p>4. Sente que as jovens notaram o perigo que era esta pandemia? Porquê?</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Perceber a reação das jovens quanto às novas medidas implementadas na instituição ✓ Obter informação sobre a situação escolar das jovens e a sua alteração durante este período
<p>5. Sente que as jovens respeitaram e cumpriram as novas regras implementadas na instituição? Se não, em que aspetos acha que não cumpriram?</p>	
<p>6. Como foi o cumprimento dos deveres escolares no tempo de confinamento a que as jovens se viram obrigadas a respeitar?</p>	
<p>7. Sente que houve um maior cumprimento das atividades escolares em tempo de confinamento ou quando as jovens iam às aulas presenciais?</p>	
<p>8. Existiam computadores suficientes para as jovens que tinham aulas online acompanharem as mesmas? Se não, como foi resolvido esse problema?</p>	
<p>9. Durante a sua experiência de trabalho presumo que nunca</p>	

<p>presenciou uma situação como estas, como se sentiu durante este período de confinamento no estado de emergência?</p>	
<p>10. Qual sente que foi a sua maior dificuldade durante este período? E como enfrentou essa dificuldade?</p>	

Anexo 3 - Guião de entrevista às jovens institucionalizadas

<u>Questões</u>	<u>Objetivos</u>
<p>Bom dia/Boa tarde, o meu nome é Rita, estou a fazer a minha tese de mestrado na ESECS sobre o tema de como os/as jovens em acolhimento institucional/residencial viveram e se adaptaram ao período de confinamento, e gostaria que me ajudasses respondendo às questões que te vou colocar sobre o tempo em que estiveste em confinamento na instituição. A tua participação é voluntária e só respondes às perguntas que quiseres. O teu nome não será divulgado em nenhuma situação, vou substituir os vossos nomes e o da instituição onde residem por um código, para garantir a confidencialidade dos dados obtidos. O meu trabalho tem como objetivo analisar como os jovens e os profissionais de duas instituições de acolhimento residencial reagiram a esta pandemia. Para conseguir alcançar esse objetivo vou precisar da tua colaboração no sentido de responderes a um conjunto de questões. No final podes dar sugestões sobre o que gostarias de ver melhorado na instituição e na escola para fazer face à situação que atualmente vivemos. Posso contar com a tua participação?</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Legitimação da entrevista ✓ Dar a conhecer a entrevistadora ✓ Explicar os objetivos da entrevista ✓ Obter o consentimento das jovens
<p>1. Quantos anos tens?</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Conhecer a jovem que está a ser entrevistada
<p>2. Andas em que ano?</p>	

<p>3. Gostas da escola? Porquê?</p>	<p>✓ Obter elementos de distinção das outras jovens a ser entrevistadas</p>
<p>4. O que sabes sobre o coronavírus e sobre a doença provocada por este vírus?</p>	<p>✓ Entender o que as jovens sabem sobre o tema que irá ser trabalhado</p>
<p>5. Sabes o significado da palavra pandemia?</p>	
<p>6. Achas que aprendeste alguma coisa com esta pandemia? Porquê?</p>	<p>✓ Avaliar os fatores que foram afetados durante a pandemia, na visão das jovens entrevistadas</p> <p>✓ Conhecer as necessidades que as jovens mais valorizam</p> <p>✓ Perceber as relações que mais foram afetadas neste período</p>
<p>7. Como te sentiste nos meses em que tiveste de ficar na instituição, sem sair?</p>	
<p>8. Achaste necessário este confinamento? Porquê?</p>	
<p>9. Do que sentiste mais falta, neste tempo que estiveste confinada?</p>	
<p>10. Costumavas ir aos fins de semana ter com a tua família? Se sim, como lidaste com o facto de não veres a tua família durante este período?</p>	
<p>11. Como é que o problema da pandemia afetou as tuas relações com os teus familiares e amigos?</p>	
<p>12. Como correu o restante período letivo, em que tiveste de ficar em casa a fazer as atividades propostas pela escola?</p>	
<p>13. Acompanhavas os programas da televisão do _º ano (ano que</p>	

<p>a jovem frequenta)? Se sim, sentiste algumas dificuldades aquando acompanhavas esses programas, ou percebias tudo o que era explicado?</p>	
<p>14. Sentes que foi melhor para ti as aulas em casa ou ir para a escola ter as aulas? Porquê?</p>	
<p>15. Por fim, como foram as tuas notas de final de período? Obtiveste aprovação no final do ano?</p>	

Anexo 4 - Questões "Como me Sinto" aplicadas às jovens

Como me sinto?: Pandemia Covid-19

1. Sinto-me muito cansado. Com falta de energia e/ou sinto que tudo é um esforço para mim.

2. Sinto-me muito nervoso, ansioso.

3. Estou constantemente preocupado com alguma coisa.

4. Estou mais irritável e zango-me mais facilmente.

5. Sinto-me triste, nada me anima.

6. Sinto-me pessimista, sem esperança no futuro.

7. Distraio-me facilmente, tenho dificuldade em concentrar-me numa tarefa ou atividade.

8. Não tenho motivação ou interesse em fazer as atividades que antes me davam prazer e/ou parece que não sou capaz de me divertir como antes.

9. Sinto-me sozinho e/ou não tenho a quem pedir ajuda ou apoio se precisar.

10. Discuto com a minha família ou amigos mais vezes que o habitual.
11. É difícil relaxar e descontraír.
12. Sinto que não sou útil para ninguém.
13. Sinto que não consigo lidar com esta situação e/ou não controlo a minha vida (o meu comportamento, pensamento e emoções).
14. O meu padrão habitual de sono e/ou apetite alterou-se (ex. não consigo dormir, durmo mais, como mais, como menos).
15. Consumo mais tabaco ou álcool do que era habitual.

Ordem dos Psicólogos (2020)

<https://www.ordemdospsicologos.pt/pt/noticia/3006>

Anexo 5 - Leitura do Questionário: "Como me Sinto?"

1 – 3 respostas: *“Pareces estar a lidar bem com a situação. Lembra-te que é natural sentires ansiedade e preocupação nesta situação exigente e de incerteza. Mantém-te ativo e conectado com familiares e amigos, cuida da tua Saúde Psicológica e do teu bem-estar.”*

4 – 8 respostas: *“Lembra-te que é natural sentires ansiedade e preocupação nesta situação exigente e que é igualmente natural teres dificuldades em lidar com este momento desafiante. Fala com pessoas em quem conas sobre aquilo que te preocupa, reserva tempo para cuidares de ti e procura ajuda – um Psicólogo pode ajudar. Por exemplo, podes ligar para a Linha de Aconselhamento Psicológico SNS24.”*

9 – 15 respostas: *“Quando temos de lidar com experiências difíceis e os nossos sentimentos interferem na nossa vida e no nosso bem-estar, devemos procurar ajuda. Um Psicólogo pode ajudar-nos a pensar de forma mais clara e a encontrar estratégias para resolvermos as nossas dificuldades. Liga para a Linha de Aconselhamento Psicológico SNS24.”*

Ordem dos Psicólogos (2020)

<https://www.ordemdospsicologos.pt/pt/noticia/3006>

10. Costumavas ir aos fins de semana ter com a tua família? Se sim, como lidaste com o facto de não veres a tua família durante este período?

11. Como é que o problema da pandemia afetou as tuas relações com os teus amigos e familiares?

12. Como correu o restante período letivo, em que tiveste de ficar em casa a fazer as atividades propostas pela escola?

13. Acompanhavas os programas de televisão do teu ano? Se sim, sentiste alguma dificuldade aquando acompanhavas esses programas, ou percebias tudo o que era explicado?

14. Sentes que foi melhor para ti as aulas em casa ou ir para a escola ter aulas? Porquê?

15. Por fim, como foram as tuas notas de final de período? Obtiveste aprovação nesse período?

Anexo 7 – Estudo 1: Questionário feito aos trabalhadores da casa de acolhimento residencial

1. Qual a sua função na instituição?

2. Há quanto tempo trabalha na instituição?

3. Ocorreram algumas alterações na instituição, com a pandemia do Covid-19?
 - 3.1. Quais as medidas que foram implementadas no trabalho com as jovens?

 - 3.2. Quais as medidas implementadas no seu trabalho?

4. Sente que as jovens notaram o perigo que era esta pandemia? Porquê?

5. Sente que as jovens respeitaram e cumpriram as novas regras implementadas na instituição? Se não, em que aspetos acha que não cumpriram?

6. Como foi o cumprimento dos deveres escolares no tempo de confinamento a que as jovens se viram obrigadas a respeitar?

7. Sente que houve um maior cumprimento das atividades escolares em tempo de confinamento ou quando as jovens iam às aulas presenciais?

8. Existiam computadores suficientes para as jovens que tinham aulas online acompanharem as mesmas? Se não, como foi resolvido esse problema?

9. Durante a sua experiência de trabalho presumo que nunca presenciou uma situação como estas, como se sentiu durante este período de confinamento no estado de emergência?

10. Qual sente que foi a sua maior dificuldade durante este período? E como enfrentou essa dificuldade?

Anexo 8

<u>Idade</u>	<u>Nível de escolaridade que frequenta</u>	<u>Nível de escolaridade esperada</u>
13 anos	8º ano	7º/8º ano
14 anos	7º ano	8º/9º ano
14 anos	8º ano	8º/9º ano
14 anos	8º ano	8º/9º ano
14 anos	9º ano	8º/9º ano
14 anos	7º ano	8º/9º ano
15 anos	7º ano	9º/10º ano
15 anos	8º ano	9º/10º ano
15 anos	10º ano	9º/10º ano
15 anos	7º ano	9º/10º ano
15 anos	6º ano	9º/10º ano
15 anos	8º ano	9º/10º ano
16 anos	9º ano	10º/11º ano
16 anos	8º ano	10º/11º ano
16 anos	9º ano	10º/11º ano
16 anos	5º ano	10º/11º ano
16 anos	10º ano	10º/11º ano
17 anos	10º ano	11º/12º ano
17 anos	5º ano	11º/12º ano
17 anos	9º ano	11º/12º ano
17 anos	9º ano	11º/12º ano
17 anos	10º ano	11º/12º ano
18 anos	9º ano	12º ano/ Ensino Superior
18 anos	Curso profissional (9º ano)	12º ano/Ensino Superior
18 anos	Ensino Superior	12º ano/Ensino Superior
18 anos	11º ano	12º ano/Ensino Superior
18 anos	11º ano	12º ano/Ensino Superior
18 anos	11º ano	12º ano/Ensino Superior
18 anos	9º ano	12º ano/Ensino Superior
19 anos	Curso profissional (11º ano)	Ensino Superior
19 anos	Formação	Ensino Superior
19 anos	12º ano	Ensino Superior
19 anos	Curso profissional (nível 5)	Ensino Superior
21 anos	Curso profissional (nível 5)	Ensino Superior
21 anos	12º ano	Ensino Superior
22 anos	Curso profissional (nível 5)	Ensino Superior

Tabela 11 - Estudo 1: Tabela comparativa de idades e escolaridade das jovens em acolhimento residencial

Anexo 9

Jovem	Convivência com os pares	Aprendizagem de saberes e competências	Assegurar um futuro melhor	Não explica
1				X
2		X		
3		X		
4			X	
5	X	X		
6		X		
7	X			
8	X			
9			X	
10				X
11		X		
12	X			
13	X			
14			X	
15				X
16				X
17	X			
18			X	
19				X
20		X		
21				X

Tabela 12 - Estudo 1: Sentimentos Positivos quanto à Escola

7. Como te sentiste nos meses em que tiveste de ficar na instituição, sem sair?

8. Achaste necessário este confinamento? Porquê?

9. Do que sentiste mais falta, neste tempo em que estiveste confinada?

10. Costumavas ir aos fins de semana ter com a tua família? Se sim, como lidaste com o facto de não veres a tua família durante este período?

11. Como é que o problema da pandemia afetou as tuas relações com os teus amigos e familiares?

12. Como correu o restante período letivo, em que tiveste de ficar em casa a fazer as atividades propostas pela escola?

13. Acompanhavas os programas de televisão do teu ano? Se sim, sentiste alguma dificuldade aquando acompanhavas esses programas, ou percebias tudo o que era explicado?

14. Sentes que foi melhor para ti as aulas em casa ou ir para a escola ter aulas?
Porquê?

15. Por fim, como foram as tuas notas de final de período? Obtiveste aprovação nesse período?

Anexo 11 – Estudo 2: Entrevista aos trabalhadores da casa de acolhimento residencial

Bom dia/Boa tarde, o meu nome é Rita, estou a fazer a minha tese de mestrado na ESECS sobre o tema de como os/as jovens em acolhimento institucional/residencial viveram e se adaptaram ao período de confinamento, e gostaria que me ajudasse respondendo às questões que vou colocar sobre o tempo em que as jovens estiveram em confinamento na instituição. A sua participação é voluntária e só responde às perguntas que quiser. O seu nome não será divulgado em nenhuma situação, vou substituir os nomes e o da instituição por um código, para garantir a confidencialidade dos dados obtidos. O meu trabalho tem como objetivo analisar como os jovens e os profissionais de duas instituições de acolhimento residencial reagiram a esta pandemia. Para conseguir alcançar esse objetivo vou precisar da sua colaboração no sentido de responder a um conjunto de questões. No final pode dar sugestões sobre o que gostaria de ver melhorado na instituição e na escola para fazer face à situação que atualmente vivemos. Posso contar com a sua participação?

1. Qual a sua função na instituição?

2. Há quanto tempo trabalha na instituição?

3. Ocorreram algumas alterações na instituição, com a pandemia do Covid-19?
 - 3.1. Quais as medidas que foram implementadas no trabalho com as jovens?

 - 3.2. Quais as medidas implementadas no seu trabalho?

Anexo 12

<u>Idade</u>	<u>Nível de escolaridade que frequenta</u>	<u>Nível de escolaridade esperada</u>
16 anos	7º ano	10º/11º ano
14 anos	8º ano	8º/9º ano
15 anos	7º ano	9º/10º ano
16 anos	8º ano	10º/11º ano
14 anos	8º ano	8º/9º ano

Tabela 13 - Estudo 2: Tabela comparativa de idades e escolaridade das jovens em acolhimento residencial